



RELATÓRIO E CONTAS 2017



SOCIEDADE INTERBANCÁRIA E SISTEMAS DE PAGAMENTO

Índice

Mensagem do CA	4
Principais Referências.....	6
1. Introdução	11
2.1 Conjuntura Económica	13
2.2 Enquadramento.....	14
3. ATIVIDADES DA EMPRESA	17
3.1 Processamento de transações e gestão de rede.....	17
3.2 Perfil da Rede vintí4	17
3.3 Abrangência Geográfica	21
3.4 Caixa Automático	21
3.5 Pagamento Automático	22
3.6 Acquiring Internacional.....	23
3.7 Pagamento de Serviço.....	24
3.8 Venda de Recargas	24
3.9 Pagamento Web.....	25
3.10 Transferência Eletrónica de Fundos (TEF).....	25
3.11 Compensação de Cheques	25
3.12 Infraestruturas e Tecnologia	26
3.13 Recursos Humanos.....	27
3.14 Investimento	29
4. ANÁLISE FINANCEIRA.....	31
4.1 Valor Acrescentado Bruto	32
4.2 Rendimentos	32
4.3 Outros rendimentos e ganhos.....	33
4.4 Gastos.....	34
4.5 Resultado líquido do exercício	35
5. SITUAÇÃO FINANCEIRA.....	37
5.1 Evolução do Balanço	37
5.2 Indicadores de Gestão.....	38
5.3 Proposta de Aplicação de Resultados	39
5.4 Demonstrações Financeiras	40
Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017	45
Parecer Conselho Fiscal	73
Parecer Auditor Externo	76
Anexo Estatístico	82

Índice de gráficos

Gráfico 1: Estrutura dos Acionistas	6
Gráfico 2: Transações processadas pela SISP	17
Gráfico 3: Transações processadas na Rede vinti4.....	18
Gráfico 4: Número de transações realizadas em dezembro 2017	19
Gráfico 5: Terminais e Cartões	20
Gráfico 6: Abrangência Geográfico dos Terminais	21
Gráfico 7: Compras por Ramo de Actividade	23
Gráfico 8: Operações com cartão not-on-us em 2017	24
Gráfico 9: Género	27
Gráfico 10: Antiguidade.....	28
Gráfico 11: Prestação de Serviços	32
Gráfico 12: Rendimento por tipo de serviço	33

Índice de tabelas

Tabela 1: Valor de operações processadas na Rede vinti4 2017.....	19
Tabela 2: Operações em Caixas Automático	22
Tabela 3: Operações em Terminais de Pagamento Automático	22
Tabela 4: Operações Pagamento de Serviço	24
Tabela 5: Operações Recargas de Telemóvel	24
Tabela 6: Operações Pagamento Web	25
Tabela 7: Operações Transferência Eletrónica de Fundos	25
Tabela 8: Operações Compensação de Cheques.....	25
Tabela 9: Listagem das formações realizadas em 2017	28
Tabela 10: Investimento	29
Tabela 11: Demonstração de Resultados	31
Tabela 12: Gastos	34
Tabela 13: Balanço	37
Tabela 14: Indicadores de gestão	38
Tabela 15: Proposta de aplicação de resultado.....	39

Mensagem do CA

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo nº 407 do Código das Empresas Comerciais e Registo de Firms, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Ex.as o Relatório de Gestão e as Contas da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SA., respeitantes ao exercício de 2017.

O ano de 2017 foi marcado por uma aceleração da atividade económica mundial, impulsionada pelo melhor desempenho tanto das economias avançadas como das emergentes e em desenvolvimento. As estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), de acordo com o World Economic Outlook de janeiro de 2018, sugerem um crescimento da economia global de 3,7 por cento em 2017, que compara ao crescimento de 3,2 por cento registado em 2016.

O FMI estima um crescimento de 2,4 por cento para a Área do Euro e de 2,3 por cento para os EUA. O maior dinamismo da Área do Euro foi determinado pelo fortalecimento da procura interna, num contexto de criação de novos postos de trabalho ao ritmo mais acelerado dos últimos 17 anos. Nos EUA, o desempenho estimado terá refletido, em larga medida, o aumento da produção industrial e do consumo privado.

Em Cabo Verde, o produto interno bruto cresceu em volume 3,9 por cento no terceiro trimestre do ano, em termos acumulados, que compara os 3,8 por cento registados em período homólogo. A inflação média anual fixou-se em 0,8 por cento em dezembro (-1,4 por cento em período homólogo). A trajetória de recuperação dos preços no consumidor, iniciada em janeiro, foi essencialmente determinada pelo comportamento da inflação importada, nomeadamente pelo aumento dos preços das matérias-primas energéticas e dos preços no produtor e consumidor dos principais mercados do país, num contexto de aumento da procura agregada.

A nível da SISP deu-se continuidade à consolidação do crescimento, com uma evolução do montante processado na rede, na ordem dos 14%, sendo de destacar que todos os canais apresentaram um incremento nos volumes transacionados, com exceção dos pagamentos realizados na internet e telemóveis.

A crescente utilização de instrumentos eletrónicos, particularmente dos cartões, nos Caixas Automáticos e nos Terminais de Pagamento Automático, impulsionou o crescimento dos meios e instrumentos de pagamentos, em linha com a evolução verificada nos anos anteriores.

Com efeito, registou-se um aumento considerável nas transações processadas pela SISP em todas as suas vertentes, tendo sido efetuadas um total de 28,4 milhões de operações, sendo 96% registadas na Rede vinti4 e os restantes 4% nos outros serviços, nomeadamente de Transferências Eletrónicas de Fundos e Telecompensação de cheques.

Neste contexto, o resultado líquido da empresa registou uma evolução positiva de 9,6% face a 2016, ascendendo a 199,3 milhões de escudos, na sequência dos aumentos dos rendimentos de prestação de serviços e o aumento do justo valor da participação financeira e diminuição das amortizações.

O Conselho de Administração aproveita a oportunidade para apresentar os seus agradecimentos a todos os Colaboradores da SISP pelo empenho demonstrado ao longo do ano, agradecer todos os Clientes, Fornecedores, Auditores e Instituições Financeiras pela confiança e colaboração que prestaram, e deixar uma palavra de apreço ao Conselho Fiscal pelo apoio prestado ao longo do ano de 2017.

O Conselho de Administração

António Carlos Semedo

Francisco Pinto Costa

Hernâni Lopes Trigueiros

João Domingos Correia,

Maria Teresa Henriques

Paulo Jorge Lima

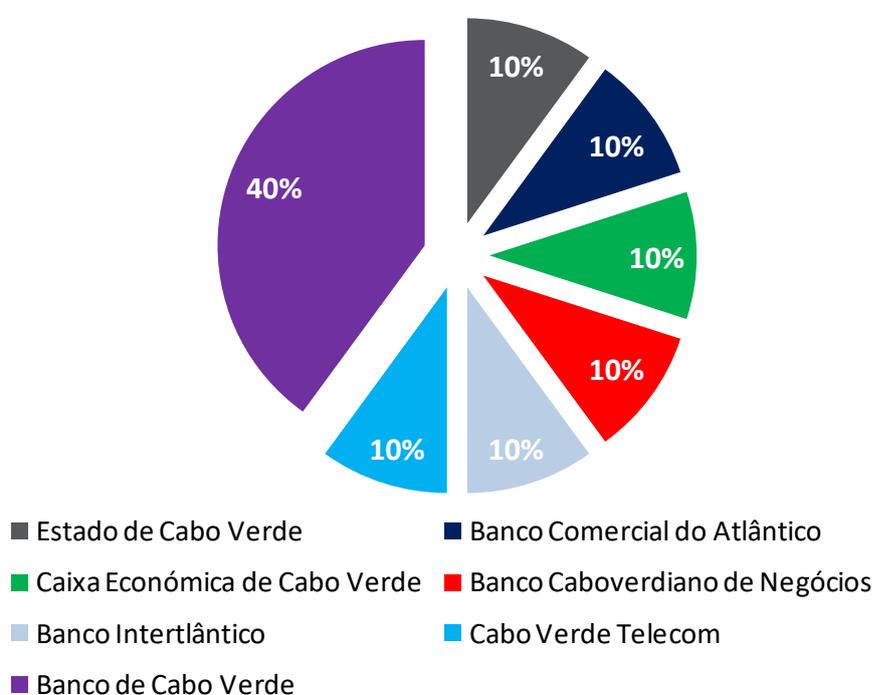
Pedro Bruno Soares

Principais Referências

Estrutura dos Acionistas

A Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, abreviadamente designada SISP, é uma sociedade anónima com sede na ilha de Santiago, com um capital social de 100.000.000 CVE (cem milhões de escudos) totalmente subscrito e realizado, representado por 100.000 ações com valor nominal de 1000 CVE cada, detidas e distribuídas conforme o gráfico seguinte:

Gráfico 1: Estrutura dos Acionistas



Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Maria Da Luz De Pina Gomes Brito, em representação do Estado de Cabo Verde

Secretários

Antónia Bernarda Lopes, em representação do Banco de Cabo Verde

Américo Miranda Andrade, em representação do Banco Comercial do Atlântico

Conselho de Administração

Presidente

Vasco Pedro Monteiro Marta, em representação do Banco de Cabo Verde até 31/12/2017

Maria Teresa Lopes Da Luz Henriques, em representação do Banco de Cabo Verde a a partir de 31/12/2017

Administradores

Fernando Jorge Moeda, em representação do Banco Comercial do Atlântico até 31/12/2017

Francisco Pinto Machado Costa, em representação do Banco Comercial do Atlântico a partir 31/12/2017

António Carlos Moreira Semedo, em representação da Caixa Económica de Cabo Verde

João Domingos de Barros Correia, em representação do Cabo Verde Telecom

Paulo Jorge Ferro R. de Oliveira Lima, em representação do Banco Caboverdeano de Negócios

Pedro Bruno Cardoso Braga Gomes Soares, em representação do Banco Interatlântico

Hernâni Lopes Trigueiros, em representação do Estado de Cabo Verde

Conselho Fiscal

Presidente

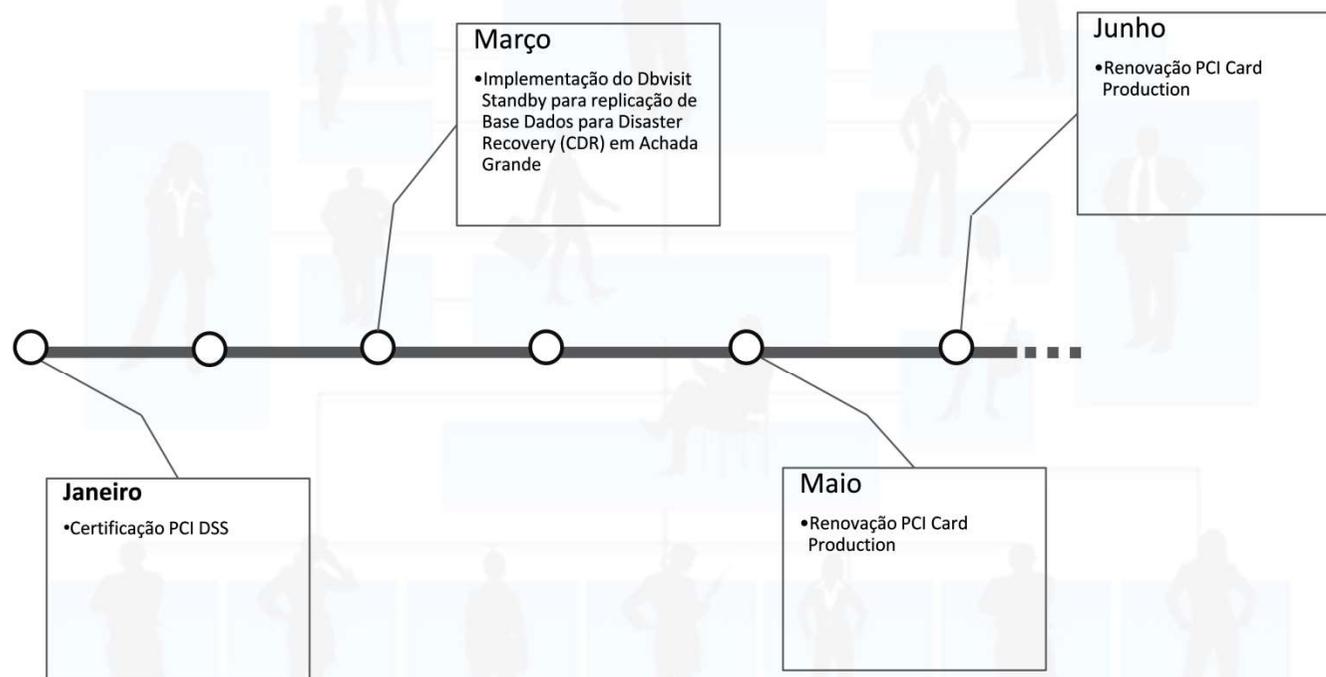
Filinto Elisio Alves dos Santos, em representação da Caixa Económica de Cabo Verde

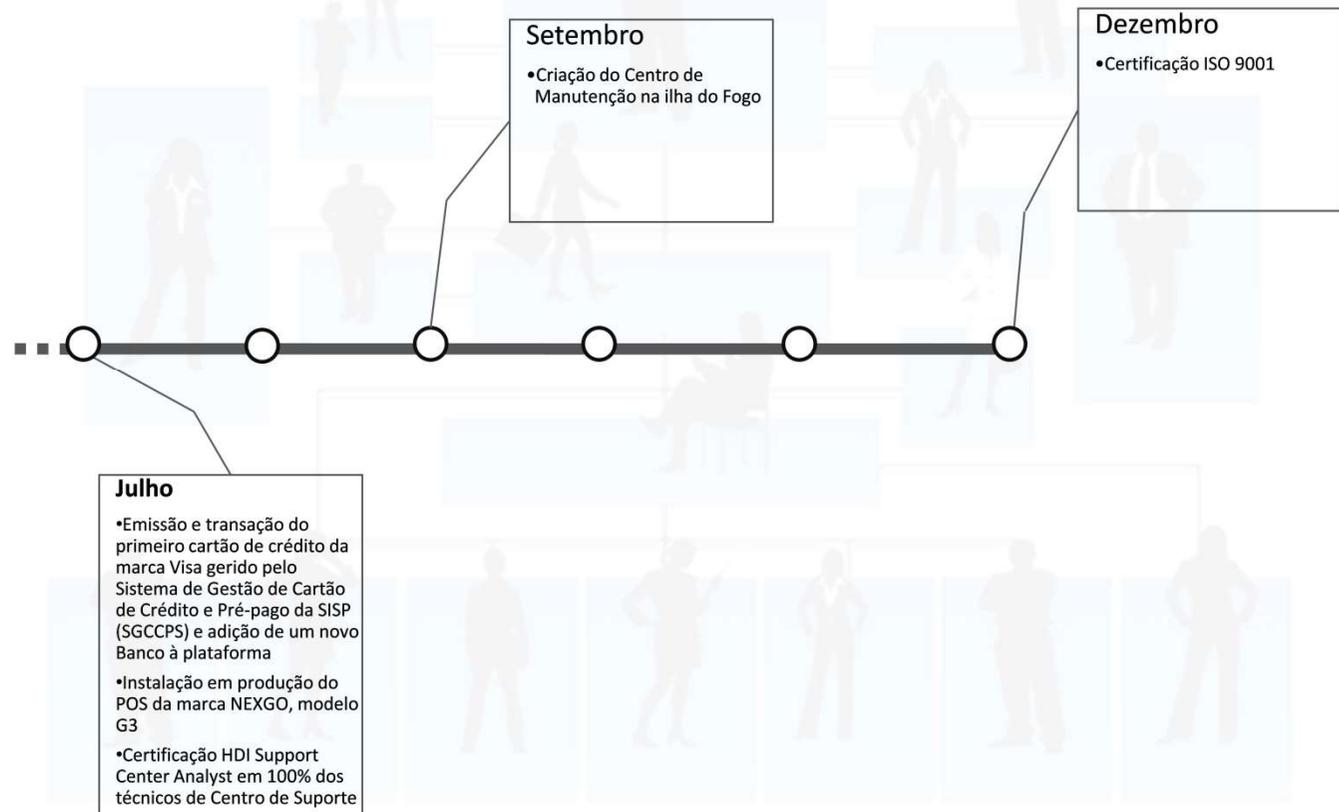
Vogais

Mónica Vitoria do Espirito Santo Correia Garcia, em representação do Banco Interatlântico

Ana Elisabeth Pires Carvalho Vicente, em representação do Banco Caboverdeano de Negócios

Principais Marcos da Atividade em 2017







INTRODUÇÃO

1. Introdução

Em 2017 a SISP reconfirmou a sua capacidade inovadora e de desenvolvimento tecnológico, focando no seu crescimento e na prestação de serviços inovadores que facilitem o dia-a-dia dos seus clientes particulares e empresariais.

O ano de 2017 ficou marcado pela certificação da empresa no Sistema de Gestão da Qualidade na ISO 9001 e na melhoria organizativa das diferentes áreas de negócio da empresa.

Paralelamente a este projecto, outras atividades de relevo fizeram parte do exercício, a saber:

- Certificação e Instalação em produção do POS da marca NEXGO, modelo G3;
- Emissão e transação do primeiro cartão de crédito da marca Visa gerido pelo Sistema de Gestão de Cartão de Crédito e Pré-pago da SISP (SGCCPS);
- Adição de um novo banco no SGCCPS;
- Certificação de novo fornecedor de ATMs reconicionados;
- Certificação HDI Support Center Analyst em 100% dos técnicos de Centro de Suporte;
- Criação do Centro de Manutenção na ilha do Fogo;
- Renovação PCI Card Production;
- Instalação do novo sistema de backup dos serviços da rede vinti4
- Implementação do Dbvisit Standby para replicação de Base Dados para Disaster Recovery (CDR) em Achada Grande ;
- Melhorias a nível da redundância do sistema elétrico;
- Substituição do parque de computadores;
- Formação e certificação ITIL.
- Formalização da transferência da propriedade da atual sede da SISP
- Formalização da permuta do terreno da nova sede na Achada Grande
- Lançamento do concurso para a consultoria para a construção da nova sede
- Implementação do processo de massificação de serviços internacionais e adicionais nos POS



ENQUADRAMENTO

2.1 Conjuntura Económica

Segundo o relatório das Nações Unidas a economia mundial em 2017 ganhou força com a diminuição das fragilidades associadas à crise financeira global e teve o maior crescimento desde 2011. A previsão do crescimento foi de 3% em 2017 e deve continuar estável no próximo ano.

O Relatório destaca que a melhora na situação económica global oferece uma oportunidade aos países para se concentrarem em criar políticas sobre questões de longo prazo. Entre elas, a redução das desigualdades, a diversificação económica e a eliminação de barreiras profundas que dificultam o desenvolvimento.

Ainda segundo o relatório, as condições de investimento melhoraram num contexto de baixa volatilidade financeira, redução de fragilidade no setor bancário, recuperação em vários setores de commodities e uma previsão macroeconómica global mais sólida.

Já as razões que podem afetar de forma negativa os investimentos incluem incertezas sobre política comercial, impacto do ajuste do balanço nos principais bancos centrais, o aumento da dívida e os riscos financeiros de longo prazo.

O ano de 2017 também foi marcado por mercados financeiros globais "incrivelmente dinâmicos". No entanto, essas condições ocorrem ao mesmo tempo em que existem "vários riscos persistentes e incertezas no sistema financeiro global".

Destaca-se também haver muitas economias em desenvolvimento e em transição que continuam a ser vulneráveis e a correr riscos. Esses fatores incluem contração desordenada nas condições de liquidez global e a retirada repentina de capital.

Para o banco mundial o crescimento deverá fixar-se em 2,7%. A perspectiva de crescimento global é, no entanto, contida pela incerteza em relação às políticas económicas das principais economias mundiais. Um período prolongado de incerteza poderá estender a lentidão do ritmo de crescimento, que traz dificuldades para os países de baixa, média e alta renda.

Ainda segundo o Banco Mundial, no tocante às economias avançadas, o crescimento nos Estados Unidos deverá acelerar-se a 2,2% à medida que o aumento das manufaturas e do investimento ganhar impulso após um 2016 fraco. O relatório examina como o estímulo fiscal proposto e outras iniciativas de políticas nos EUA podem influenciar a economia global.

As projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para 2017 uma conjuntura económica global "relativamente estável" para as economias dos países emergentes e em

desenvolvimento, devendo a economia da zona Euro, principal parceiro económico de Cabo Verde, "manter a trajetória de modesta recuperação".

As previsões do BCV antecipam melhorias no mercado de trabalho relacionadas com o aumento dos investimentos privados e da formação bruta de capital fixo privado, sustentadas por projetos de investimento externo.

As previsões do Banco de Cabo Verde (BCV), embora realizadas numa conjuntura de incertezas, sugerem um nível da atividade económica em 2017 inferior ao registado no ano anterior, devendo o crescimento económico aproximar-se do limite inferior do intervalo 3,0 a 4,0%.

Segundo as projecções do Instituto Nacional de Estatística - INE, a média de inflação anual registada em Cabo Verde em 2017 foi de 0,3% negativos.

2.2 Enquadramento

A SISP tem como visão ser uma empresa de referência na área de sistemas de pagamentos com uma prestação de excelência reconhecida pelos clientes e pela sociedade, através de uma política baseada nos seguintes princípios:

- Garantir a organização, a eficiência e a melhoria contínua dos serviços e processos;
- Garantir a capacitação, a valorização e a satisfação contínua dos colaboradores;
- Garantir parcerias estratégicas com fornecedores, entidades e parceiros críticos;
- Atender o cliente sempre com profissionalismo, cortesia e foco na solução, entregando os serviços com o prazo e a qualidade acordadas com o mesmo;
- Garantir alta disponibilidade, acessibilidade, segurança, eficácia e compliance dos serviços, promover sistemas de pagamentos e de identificação modernos, inovadores, seguros e relevantes para toda a sociedade.

A actividade da Empresa engloba o cumprimento de objetivos que visam a melhoria da rentabilidade, serviços de referência e a qualificação dos recursos (humanos e tecnológicos). A empresa deu continuidade a um conjunto de projetos iniciados em anos anteriores, nomeadamente nas áreas tecnológicas, de organização e de capacitação dos recursos que permitem alcançar maior eficiência nos processos internos, melhorar o suporte ao negócio e conseguir um serviço prestado ao cliente mais adequado ao mercado e às expectativas dos clientes.

Em 2017, em linha com a evolução verificada nos anos anteriores, manteve-se a tendência de crescimento dos meios e instrumentos de pagamentos, derivada da crescente utilização de instrumentos eletrónicos, particularmente utilização dos cartões, nos Caixas Automáticos e nos Terminais de Pagamento Automático.

Registou-se um crescimento considerável nas transações processadas pela SISP em todas as suas vertentes, tendo sido processadas um total de 28,4 milhões de operações sendo 96% registadas na Rede vinti4 e os restantes 4% nos serviços de Transferências Eletrónicas de Fundos–TEF, Telecompensação de cheques e Operações “*Not On Us*”.

Com efeito, e pela primeira vez, desde a criação da Rede vinti4, o volume transacionado em compras nos Terminais de pagamento automático – POS’s ultrapassou o montante dos levantamentos nos Caixas automáticos – ATM’s.

Os ganhos de eficiência que a Empresa vem conseguindo nos últimos anos, tem permitido uma redução gradual nos tarifários da SISP possibilitando o alargamento da rede a novos clientes, permitindo o aumento do número de transações em todas as vertentes. Em 2017 foi alargada a tarifa fixa até 450.000 CVE nos POS, a isenção do valor de adesão ao serviço VISA e Mastercard, bem como uma redução no tarifário dos principais serviços da empresa.

A nível da performance, destacam-se o volume de negócio da Empresa que ascendeu aos 747 milhões de escudos e o resultado líquido de 199,3 milhões de escudos, representando um crescimento em relação a 2016, de 9,6% (+65,74 milhões de escudos) e 23,1% (+37,4 milhões de escudos), respetivamente. O Resultado Líquido foi positivamente impulsionado pelos aumentos dos rendimentos dos serviços a clientes não bancários (Estado, Empresas e Comerciantes), aumento do justo valor da participação financeira e diminuição das amortizações.

Dos 147 milhões de escudos que se previa investir, a taxa de execução registada foi de 70,6%, ou seja, aproximadamente 103,7 milhões de escudos.



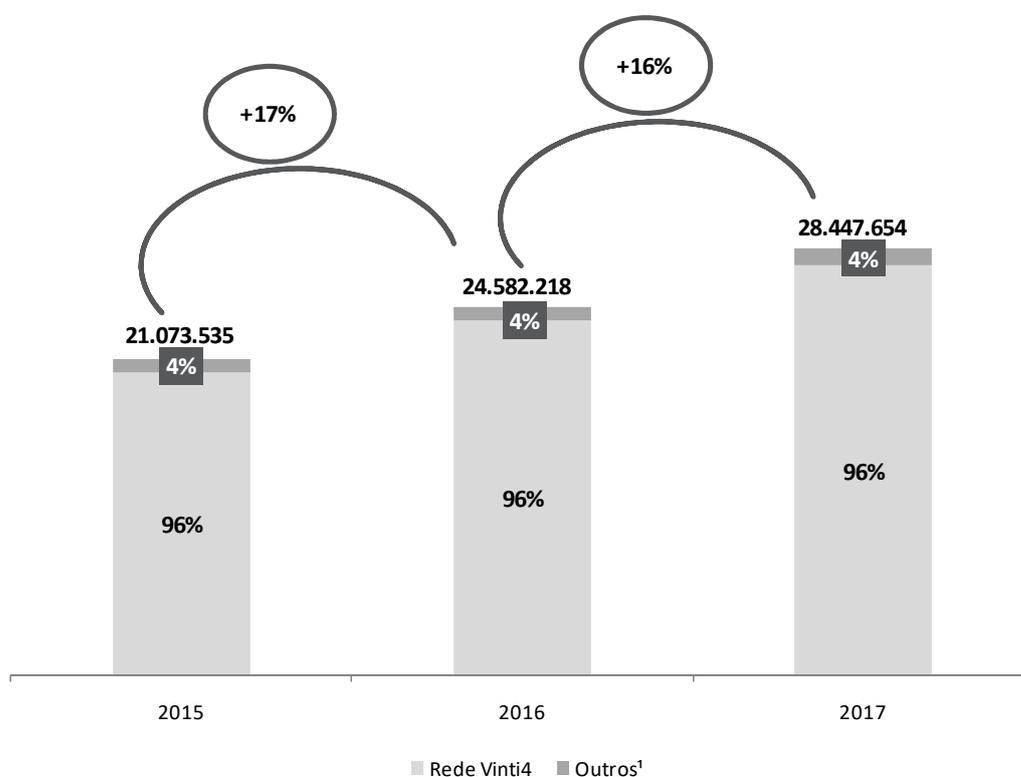
**ATIVIDADES DA
EMPRESA**

3. ATIVIDADES DA EMPRESA

3.1 Processamento de transações e gestão de rede

Em 2017, a SISP, atingiu o seu recorde em número de operações: foram processadas cerca de 28,4 milhões de operações, um crescimento de 16% face a 2016, com 96% das operações realizadas na Rede vinti4, 4% realizadas em outros sistemas nomeadamente TEF, Telecompensação de Cheques e operações “Not On Us”.

Gráfico 2: Transações processadas pela SISP



¹Operações Not On Us, TEF e Telecompensação de Cheques

3.2 Perfil da Rede vinti4

A SISP, tem vindo a consolidar o seu crescimento e apresentou em 2017 uma evolução de 14% no montante processado na Rede face a 2016.

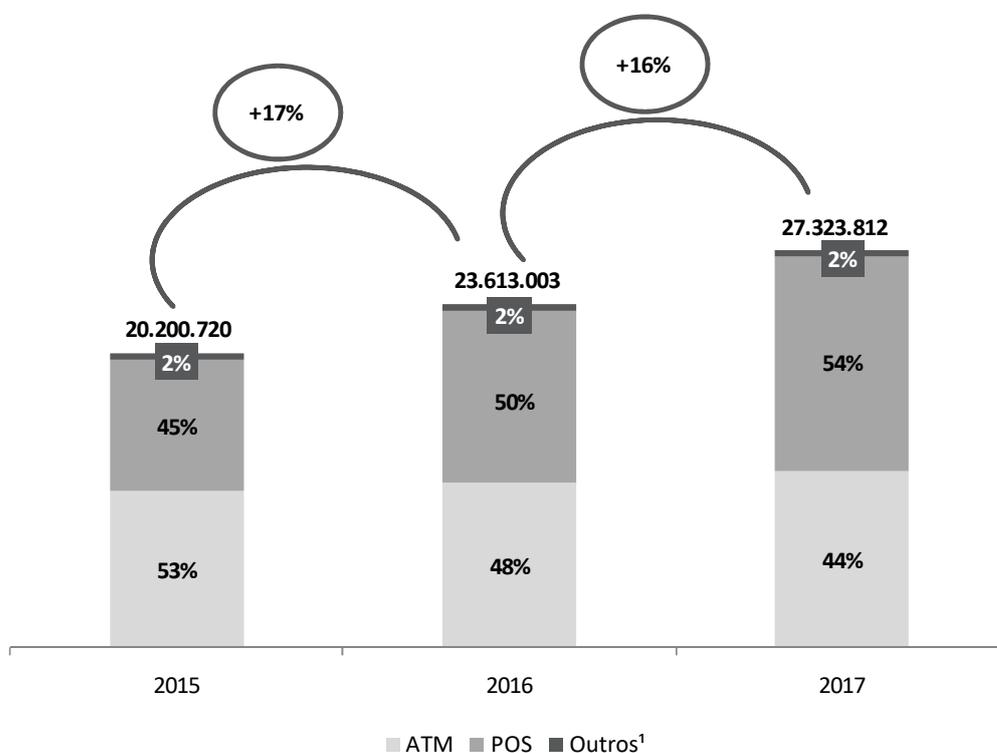
Todos os canais apresentaram um crescimento positivo nos volumes transacionados, com excepção do pagamento na Internet e telemóveis.

Destaca-se o aumento registado no POS, passando a representar 49% do volume transacionado na Rede contra 46,6% registado em 2016. Em relação ao número de operações o aumento foi de 24,7% em 2017 quando comparado com o período homólogo.

O ATM voltou a apresentar um crescimento moderado em 2017 de 9% no volume transacionado e 6,7% no número de operações.

Os terminais POS vêm assumindo-se cada vez mais como o canal mais relevante em termos de número de transações processadas, representando 54% do total. O Caixa automático – ATM, aparece em segundo lugar, com 44% das transações processadas, seguindo-se as transações no canal telemóvel, H2H e PC, que representam 2% do total.

Gráfico 3: Transações processadas na Rede vinti4



¹Telemóvel, PC e H2H

No que respeita ao valor transacionado, o ATM continua a ser o mais preponderante, atingindo 41.120 milhões de CVE transacionados, acarretando uma variação positiva em 9,15%, face ao seu período homólogo, dos quais se destacam as operações de levantamento e transferências.

O POS é o segundo mais relevante em termos de valor, com 40.432 milhões de CVE, seguido do PC, Telemóvel e H2H, com 861 milhões de CVE, para os quais contribuem maioritariamente as operações de pagamento de serviço e pagamentos ao Estado.

Tabela 1: Valor de operações processadas na Rede vinti4 2017

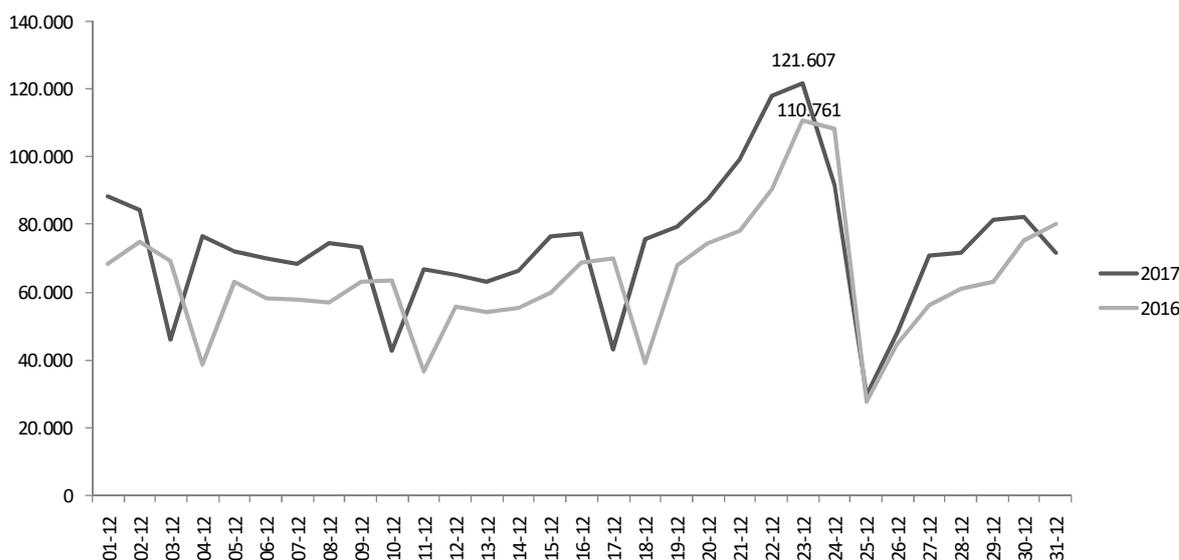
	(em milhões de escudos)					
	2015	2016	2017	Variação		Peso
				2015/2016	2016/2017	2017
POS	27.656	33.685	40.432	21,80%	20,03%	49,06%
ATM	34.582	37.673	41.120	8,94%	9,15%	49,89%
Outros¹	1.042	925	861	-11,24%	-6,91%	1,04%
REDE	63.279	72.283	82.412	14,23%	14,01%	100,00%

¹Telemóvel, PC e H2H

O mês de dezembro, à semelhança de anos anteriores, foi aquele com maior número de transações processadas na Rede vinti4 registando 2.282 mil transações, provenientes de Levantamentos, Compras, Pagamento Serviço e Recargas.

O pico ocorreu no dia 23 de dezembro onde se processou um total de 121 mil transações. O canal POS processou um total de 1.517 mil transações, representando 66% das transações processadas no mês, contra 31% nos ATM's.

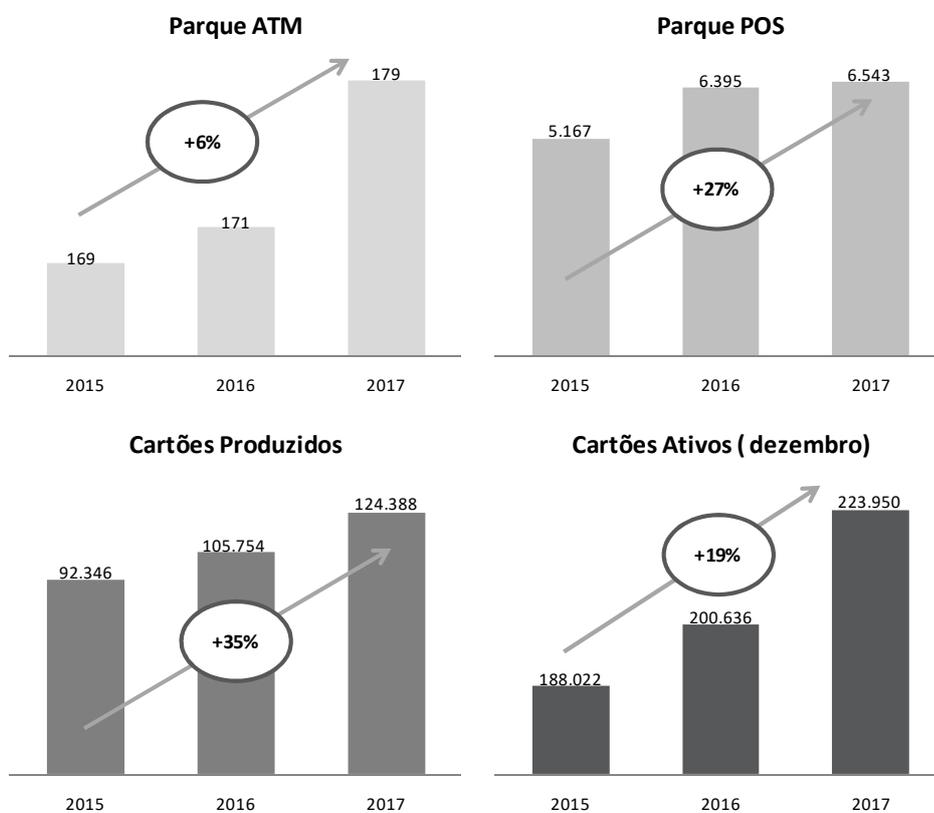
Gráfico 4: Número de transações realizadas em dezembro 2017



No que respeita ao número de terminais ligados à Rede, tem-se assistido a uma evolução positiva do número de POS nos últimos 3 anos, com um crescimento médio de 13%, fixando-se em 6.543 POS no final de 2017. Por sua vez, o número de ATM's tem demonstrado uma evolução moderada de 8 terminais em 2017, em linha com o abrandamento do crescimento do número de agências bancárias, e fixou-se em 179 terminais ligados à Rede.

O número de cartões ativos na rede atingiu os 223.950 cartões e a produção em 2017 foi de 124.388 cartões, com uma variação positiva de 12% e 18% respetivamente, em relação ao seu período homólogo.

Gráfico 5: Terminais e Cartões



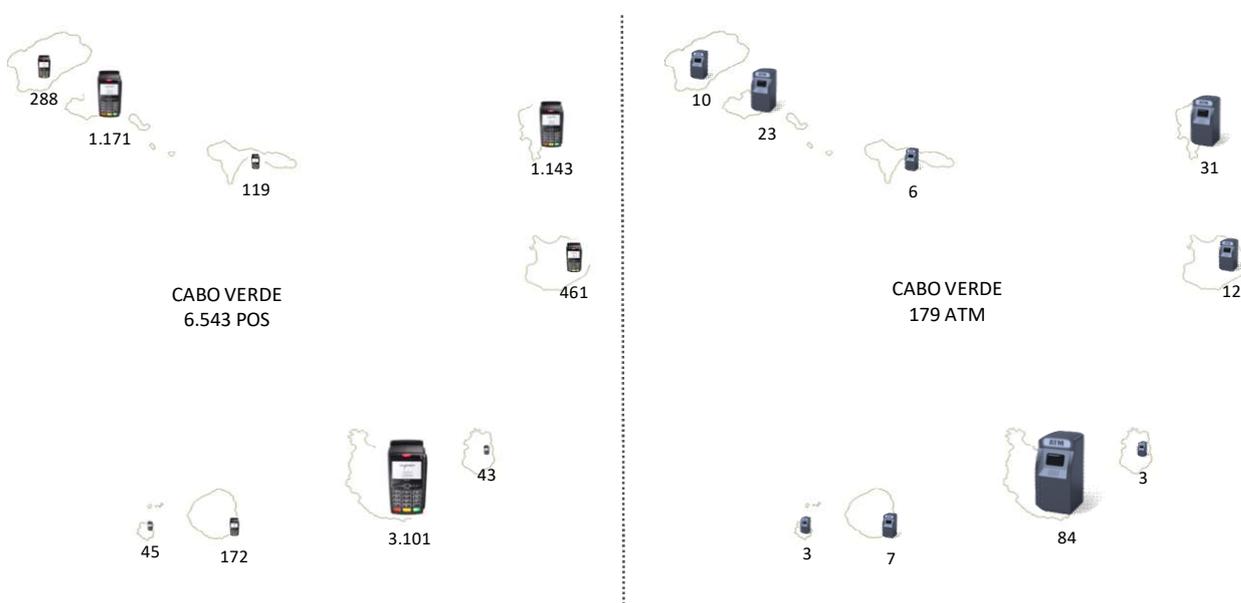
3.3 Abrangência Geográfica

A penetração dos Caixas Automáticos por várias localidades do País continua positiva, tendo sido instalados mais oito terminais em relação ao ano anterior, passando de um ATM por 3107 habitantes em 2016, para um ATM por 3004 habitantes, de acordo com as projeções demográficas de 2017 do Instituto Nacional de Estatística – INE.

Os POS's encontram-se maioritariamente instalados na ilha de Santiago, com especial presença na cidade da Praia, com um total de 47% do total de terminais instalados, seguindo-se as ilhas de São Vicente e do Sal, com 17,8% e 17,4%, respetivamente.

O número total de terminais POS instalados no final de 2017 foi de 6.543.

Gráfico 6: Abrangência Geográfica dos Terminais



3.4 Caixa Automático

Os Caixas Automáticos registaram 12 milhões de transações, com 44% das transações da rede, um aumento na ordem dos 6,7% em relação ao ano transato.

A operação de levantamento continua a ser a mais realizada, com 56%, seguido de consulta de saldo e de movimentos com 39% das transações realizadas.

Tabela 2: Operações em Caixas Automático

	2015	2016	2017	Variação	
				2015/2016	2016/2017
Levuntamento	5.868.304	6.308.495	6.795.516	7,50%	7,72%
Consulta de Saldo	3.222.411	3.368.306	3.608.732	4,53%	7,14%
Carregamento Telemóvel	554.698	476.619	436.376	-14,08%	-8,44%
Consulta de Movimentos	962.191	1.039.935	1.099.289	8,08%	5,71%
Outros	92.649	106.987	126.559	15,48%	18,29%
Total	10.700.253	11.300.342	12.066.472	4,86%	6,78%

Em 2017 a média do valor de cada levantamento em Caixa Automático foi de 6.051 CVE, montante esse superior à média registada em 2016 que foi de 5.585 CVE.

3.5 Pagamento Automático

A rede de POS sustentou a tendência de crescimento apresentado nos últimos anos, com um aumento do número de terminais em 148 terminais face a 2016, existindo 6543 terminais instalados, que abrangem os mais diversos setores de atividade.

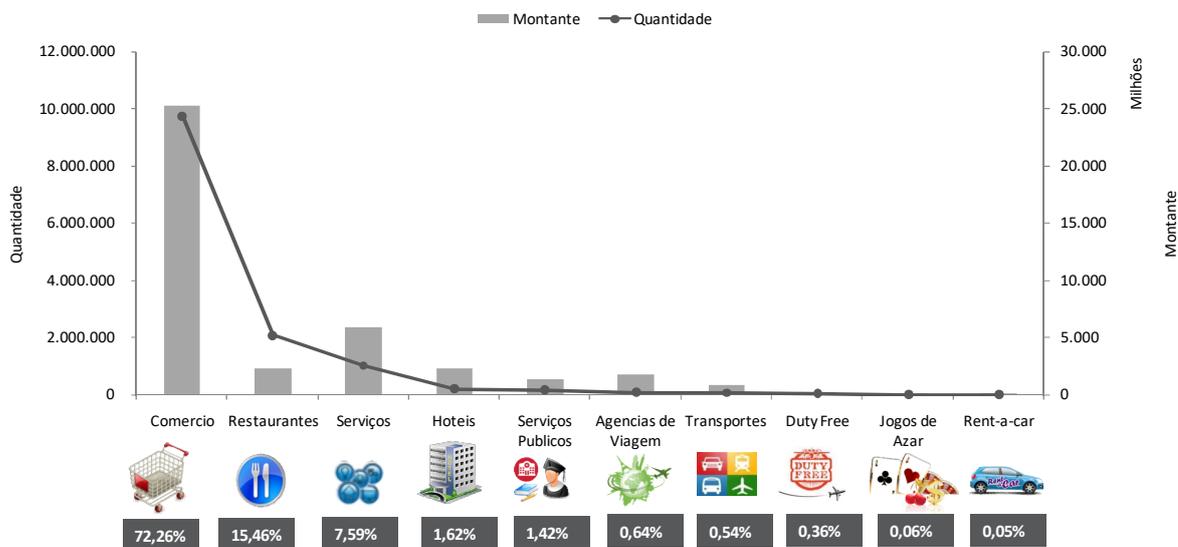
As transações de compra são as mais frequentes, representando 91% das transações tanto em 2017 como em 2016.

Tabela 3: Operações em Terminais de Pagamento Automático

	2015	2016	2017	Variação	
				2015/2016	2016/2017
Compras	8.259.074	10.780.923	13.496.655	30,53%	25,19%
Carregamento Telemóvel	44.509	51.598	66.299	15,93%	28,49%
Consulta de Saldo	703.803	992.318	1.183.688	40,99%	19,29%
Outras Operações	30.443	32.350	42.873	6,26%	32,53%
Total	9.037.829	11.857.189	14.789.515	31,20%	24,73%

À semelhança dos anos anteriores o Setor do Comércio continua a ser o dominante no que diz respeito a pagamentos, 72,2% sucedido de Restauração com 15,4%.

Gráfico 7: Compras por Ramo de Atividade



O pagamento com cartão continua a ser a preferência dos clientes da rede, tendo o rácio Compra/Levantamento aumentado consideravelmente, passando de 171% em 2016 para 198% em 2017.

A média das Compras no POS foi de 2.966 CVE em 2017, valor inferior ao registado no ano anterior, que foi de 3.104 CVE

3.6 Acquiring Internacional

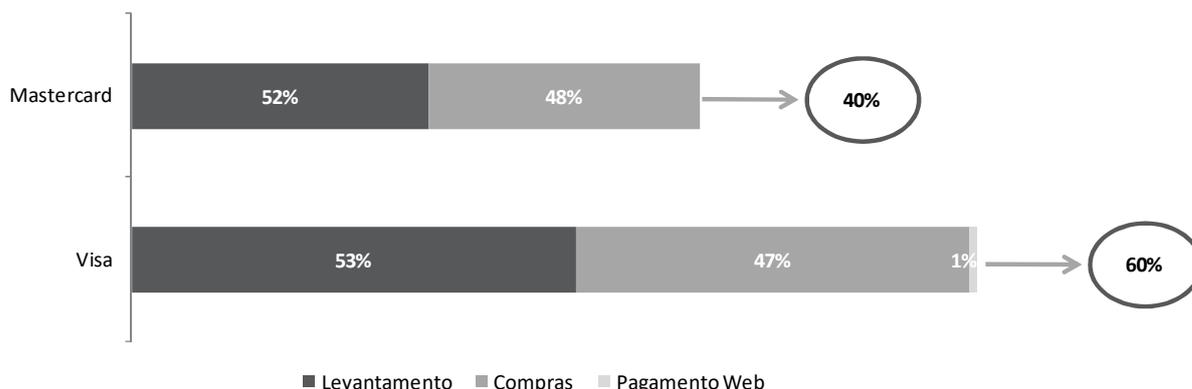
O serviço Acquiring Internacional manteve a tendência de crescimento, com um aumento de 23,8% no número das transações e 22,6%, nos valores transacionados, face ao seu período homólogo.

O serviço registou em 2017 cerca de 768 mil transações, representando 9.046,3 milhões de escudos.

As operações com cartão Visa representam 60% das transações com cartão internacional, contra 40% do registado com cartão Mastercard.

De salientar que as operações realizadas nos ATM continuam a ser superiores às realizadas nos POS, em média 53%, demonstrando que ainda há potencial de crescimento neste último.

Gráfico 8: Operações com cartão not-on-us em 2017



3.7 Pagamento de Serviço

A funcionalidade Pagamento de Serviço registou em 2017 um acréscimo acima dos 25% no número de transações e 29% no volume quando comparado ao período homólogo.

Tabela 4: Operações Pagamento de Serviço

	2015	2016	2017	Variação	
				2015/2016	2016/2017
Quantidade	221.615	268.775	337.280	21,28%	25,49%
Montante	1.206.846.061	1.629.267.060	2.103.778.050	35,00%	29,12%

3.8 Venda de Recargas

A venda de Recargas manteve a tendência decrescente em termos de número de operações fixando-se em 6,5% negativos e uma variação positiva de 7,2% no montante, comparativamente a 2016.

Tabela 5: Operações Recargas de Telemóvel

	2015	2016	2017	Variação	
				2015/2016	2016/2017
Nº de operações	764.350	675.425	631.447	-11,63%	-6,51%
Montante	322.447.915	259.410.470	278.076.543	-19,55%	7,20%

3.9 Pagamento Web

O Pagamento Web manteve a tendência decrescente registada em 2016, com uma redução de 33,8% no número de operações e 38,8% no volume.

Tabela 6: Operações Pagamento Web

	2015	2016	2017	Variação	
				2015/2016	2016/2017
Quantidade	73.265	45.599	30.160	-37,76%	-33,86%
Montante	647.923.683	364.231.334	222.821.871	-43,78%	-38,82%

3.10 Transferência Eletrónica de Fundos (TEF)

O Serviço teve um crescimento de 10,5% no número de operações processadas em 2017, e um decréscimo a nível do volume transacionado em 37,2%.

Tabela 7: Operações Transferência Eletrónica de Fundos

	2015	2016	2017	Variação	
				2015/2016	2016/2017
Quantidade	503.270	541.544	598.677	7,61%	10,55%
Montante	111.458	204.413	128.319	83,40%	-37,23%

3.11 Compensação de Cheques

O serviço compensação de cheques registou um pequeno decréscimo tanto em número como em volume. A variação negativa foi de 1% e 4,2% no número de operações e volume, respetivamente.

Tabela 8: Operações Compensação de Cheques

	2015	2016	2017	Variação	
				2015/2016	2016/2017
Quantidade	302.762	310.545	307.176	2,57%	-1,08%
Montante	71.656	72.721	69.598	1,49%	-4,29%

3.12 Infraestruturas e Tecnologia

Em termos de infraestrutura e tecnologia o destaque vai para o início e conclusão da certificação da SISP no Sistema de Gestão da Qualidade na ISO 9001 e na melhoria organizativa nas diferentes áreas de negócio da empresa e nos procedimentos, a saber:

- Formalização e documentação dos processos;
- Elaboração de procedimentos e manuais operacionais;
- Reorganização das equipas de atendimento e back-office;
- Modernização a nível de ferramentas de gestão de atendimento;
- Desmaterialização da gestão documental associada ao processo de regularização;
- Reorganização e reforço da segurança de processos ligados à produção de cartão
- Reforços a nível de segurança e organização das áreas de níveis 3 e 4 (data center) e da SISP

A par do bom desempenho registado, outras realizações marcaram a actividade da Empresa sendo de destacar:

- Certificação e Instalação em produção do POS da marca NEXGO, modelo G3;
- Emissão e transação do primeiro cartão de crédito da marca Visa gerido pelo Sistema de Gestão de Cartão de Crédito e Pré-Pago da SISP;
- Adesão de um novo Banco à plataforma (SGCCPS);
- Certificação de novo fornecedor de ATMs reconicionados;
- Certificação HDI Support Center Analyst em 100% dos técnicos de Centro de Suporte;
- Criação do Centro de Manutenção na ilha do Fogo;
- Renovação da certificação PCI Card Production;
- Instalação do novo sistema de backup dos serviços da rede vinti4;
- Implementação do Dbvisit Standby para replicação de Base Dados para Disaster Recovery (CDR);
- Melhorias a nível da redundância do sistema elétrico;
- Substituição do parque de computadores;
- Formação e certificação ITIL dos técnicos de SI.

Relativamente à Gestão e Desenvolvimento do Negócio, destacam-se as ações junto dos clientes da Rede vinti4, designadamente contactos contínuos com interlocutores dos bancos assim como com os atuais e potenciais clientes (Entidades de serviço e comerciantes).

3.13 Recursos Humanos

A SISP tem procurado o alinhamento entre a estratégia e respetivos objetivos do negócio, com as expectativas dos seus colaboradores, atuando diretamente na gestão global e vindo a promover o desenvolvimento transversal dos Recursos Humanos, independentemente da área de negócio em que desenvolvem a sua atividade.

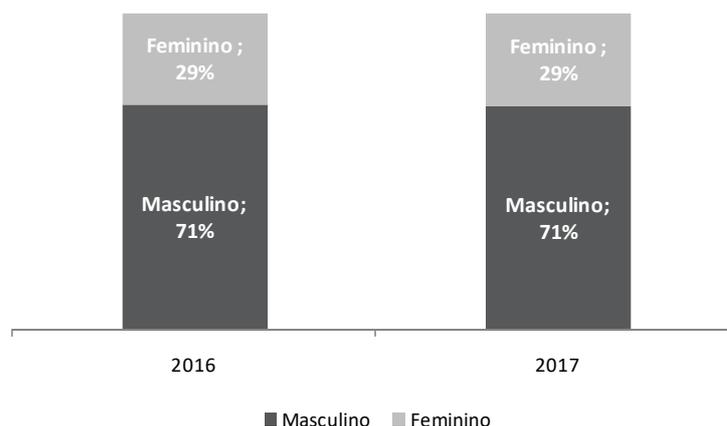
A SISP é uma organização ativa, construída de pessoas para pessoas. O nosso lema, "Somos os melhores no que fazemos", é um lema que se aclama com muito orgulho, porque, na SISP, a equipa experiente, jovem e satisfeita garante um serviço de qualidade para os clientes. A equipa esforça-se todos os dias para oferecer produtos e serviços mais adequados ao mercado e atender às expectativas dos clientes.

A equipa tem vindo a renovar-se gradualmente desde 2015. Em 2017, registou um aumento significativo com o objetivo de dar respostas as exigências dos nossos clientes e aos novos desafios da empresa.

A empresa terminou o ano de 2017 com 41 colaboradores, mais 7 do que em 2016 e mais 3 estagiários. Esse acréscimo representa um aumento de 17%, quando comparado com 2016.

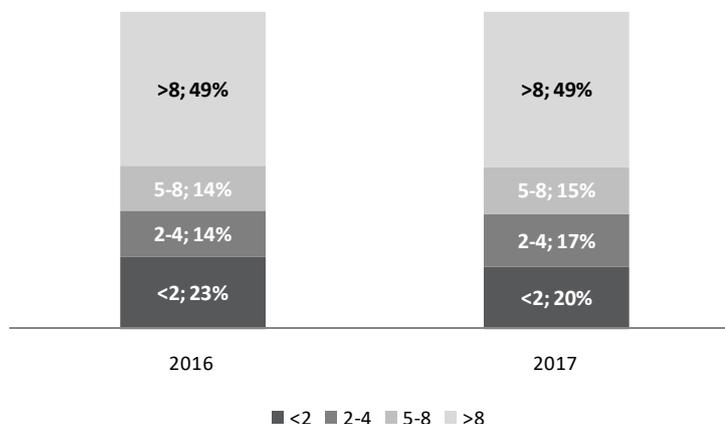
Com relação ao género, a distribuição é como se segue:

Gráfico 9: Género



Com relação à antiguidade, 64% dos colaboradores estão na empresa há mais de 5 anos o que demonstra uma certa estabilidade a nível dos recursos humanos.

Gráfico 10: Antiguidade



3.13.1 Gestão da Formação

Em 2017, a SISP apostou fortemente na formação dos seus colaboradores em várias vertentes. Foram realizadas 14 ações de formação, e estiveram envolvidos cerca de 85 participantes, sendo que há colaboradores que participaram em mais do que uma sessão de formação.

Tabela 9: Listagem das formações realizadas em 2017

Formação em 2017	Nº de Participantes
O jogo da Organização Pessoal	5
Trabalhar em equipa, implementar o SGQ	8
SCA - SupportCenterAnalyst	10
ITIL Foundations + exame certificação	4
Seminário sobre branqueamento de capital	2
Custom Treinamento de Operações Visa	17
Emissão e Gestão de Certificado Digital	9
Operations Workshop	17
Ciclo Internacional da Banca - Compliance, Fraude e Branqueamento de Capitais	1
Workshop Gestão desconhecimento em contexto organizacional	1
Oracle database 11g:RAC AdministrationRelease 2	1
Oracle Enterprise Manager 11g: GridControl Essentials	1
PKI appliance	5
Audidores Internos da Qualidade	4
Total	85

3.14 Investimento

O Investimento em 2017 rondou os 103,7 milhões de escudos, representando 13,8% das receitas de exploração.

Em termos de investimentos, incluem fundamentalmente a aquisição de terminais de pagamentos, sistemas de processamento de transações, hardware (servidores, processadores e PC's), software e equipamentos de redes de comunicação.

Tabela 10: Investimento

Software	21.339.181
Equipamentos	77.880.308
Terminais POS	55.319.235
Equipamentos Informáticos	4.400.470
Equipamentos de Segurança e comunicação	15.986.040
Equipamentos Administrativos	2.174.564
Viatura	4.500.000
Total	103.719.489

O financiamento foi efetuado na sua totalidade com recursos e fundos próprios.

4

ANÁLISE

FINANCEIRA

4. ANÁLISE FINANCEIRA

O ano de 2017 foi mais um ano positivo para a SISP. Em linha com as expetativas, os rendimentos dos serviços cresceram 9,64% quando comparados com 2016, suportados essencialmente pelo crescimento de transações na rede em praticamente todas as vertentes.

A análise económica e financeira da Empresa, tendo por base as demonstrações financeiras, sintetiza os resultados alcançados pela SISP em 31 de dezembro de 2017, bem como a situação patrimonial e financeira àquela data.

Tabela 11: Demonstração de Resultados

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	variação	Variaç. %
Prestação de serviços e vendas	747.873.020	682.133.102	65.739.918	9,64%
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	-9.861.173	-11.710.788	1.849.615	-15,79%
Resultado operacional bruto	738.011.847	670.422.314	67.589.533	10,08%
Fornecimentos e serviços terceiros	326.148.220	281.667.222	44.480.998	15,79%
Valor acrescentado bruto	411.863.627	388.755.092	23.108.535	5,94%
Gastos com pessoal	82.794.719	73.126.594	9.668.125	13,22%
Provisões do exercício - aumentos/ (reduções)	2.835.436	8.966.978	-6.131.542	0,00%
Aumentos/redução do justo valor	44.454.598	7.774.017	36.680.581	471,84%
Imparidades de activos	-6.049.900	-6.657.924	593.228	-8,91%
Ajustamento em inventários	-14.796	0	-14.796	
Outros gastos	9.349.287	9.728.292	-379.005	-3,90%
Outros rendimentos e ganhos	868.807	1.547.273	-678.466	-43,85%
Resultado antes de amortizações perdas e ganhos de financiamento e imposto	361.813.766	317.530.550	44.283.216	13,95%
Gastos depreciação e amortização	90.195.187	97.707.404	-7.512.217	-7,69%
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e imposto)	271.618.579	219.823.146	51.795.433	23,56%
Juros e ganhos obtidos	4.489.198	4.437.306	51.892	1,17%
Juros e perdas suportados	-8.597.480	-8.585.566	-11.914	0,14%
Resultado Antes de impostos	267.510.297	215.674.886	51.835.411	24,03%
Imposto sobre rendimento do período	-68.199.378	-53.848.924	-14.350.454	26,65%
Resultado Líquido do Período	199.310.919	161.825.962	37.484.957	23,16%

4.1 Valor Acrescentado Bruto

O valor acrescentado bruto em 31 de dezembro de 2017 alcançou os 411,86 milhões de escudos, um aumento de aproximadamente 5,94% comparativamente a 2016, o que representa em termos de valor absoluto 23,1 milhões de escudos. Este comportamento foi resultado de uma boa performance registada pela Rede, como se pode comprovar pelos dados já mencionados.

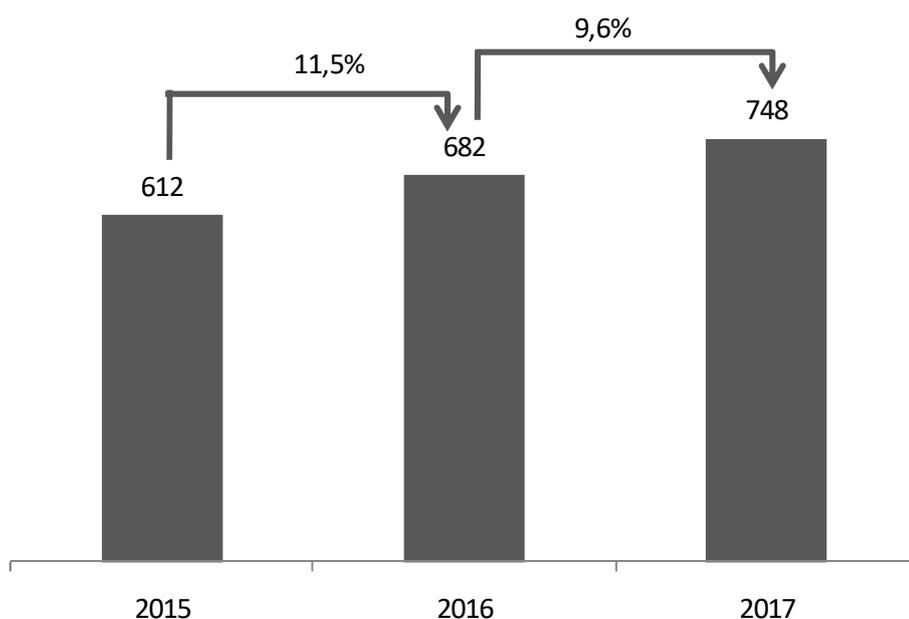
As receitas operacionais fixaram-se em 747,87 milhões de escudos em 2017, sendo que em 2016 esse valor foi de 682,1 milhões de escudos, com uma variação positiva de 9,6%.

4.2 Rendimentos

Os Rendimentos totalizaram 800,5 milhões de escudos, o que representa um aumento de aproximadamente 95,7 milhões de escudos face ao ano de 2016. Para tal contribuiu o acréscimo registado nos rendimentos dos serviços em 68,7% e em outros rendimentos em 31,3%.

Os rendimentos de prestação de serviços atingiram os 747,8 milhões de escudos, mais 65,7 milhões de escudos em comparação com 2016, beneficiando do contributo positivo dos rendimentos dos serviços não bancários, nomeadamente, receita do serviço pagamento automático e cardholder access fee.

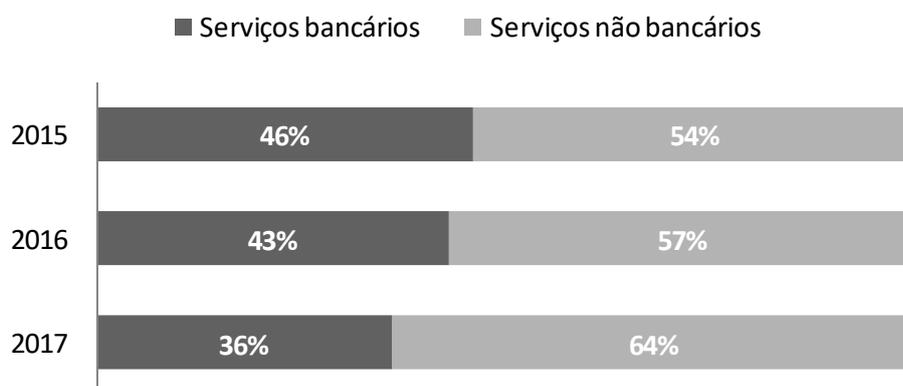
Gráfico 11: Prestação de Serviços



Os serviços bancários (i.e. prestados diretamente aos bancos), nomeadamente, Processamento vinti4 e com cartões internacionais VISA e MasterCard, Gestão de Terminais Caixa Automático e Produção e Gestão de cartões bancários representaram 36% da receita de 2017, registando uma redução em relação a 2016 em 6%. Descréscimo este causado pela diminuição do tarifário bancário registado no início do período.

O serviço não bancário (i.e. Estado, comerciantes e entidades de serviço), designadamente, Pagamento Automático nos POS (vinti4, Visa e Mastercard), Pagamento Serviço, Access fee, e outros serviços representaram 64% da receita, registando um aumento de 7% em relação à estrutura de rendimento de 2016. Esse aumento deve-se essencialmente ao aumento de transações na rede a nível de número de operações e de volume dos referidos serviços.

Gráfico 12: Rendimento por tipo de serviço



4.3 Outros rendimentos e ganhos

O ganho por aumento de justo valor da participação no capital social da Visa foi de 44,5 milhões de escudos, face ao seu valor de mercado a 31 de dezembro de 2017, sendo que em igual período de 2016 esse aumento foi de apenas 7,7 milhões de escudos.

A reversão de provisão em 2017 totalizou 2,8 milhões de escudos, referente à anulação das provisões para contingências fiscais em sede de IRPC relativa ao ano de 2012. Para o ano de 2016 esse valor situou-se em 8,9 milhões de escudos.

Os juros obtidos derivados de depósitos a prazo e equiparados totalizaram os 4,4 milhões de escudos, um acréscimo de 1% com relação a 2016.

4.4 Gastos

Os gastos totais ascenderam os 533 milhões de escudos, representando um acréscimo de 43,8 milhões de escudos, mais 8,96% face ao exercício anterior, como se segue:

Tabela 12: Gastos

	2017	2016	Var. Abs	Var. %
Total	533.010.762	489.183.790	43.826.972	8,96%
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	9.861.173	11.710.788	-1.849.615	-15,79%
Fornecimentos e serviços terceiros	326.148.220	281.667.222	44.480.998	15,79%
Gastos com pessoal	82.794.719	73.126.594	9.668.125	13,22%
Imparidades de ativos	6.049.900	6.657.924	-593.228	-8,91%
Ajustamento em inventários	14.796	-	14.796	
Outros gastos	9.349.287	9.728.292	-379.005	-3,90%
Gastos depreciação e amortização	90.195.187	97.707.404	-7.512.217	-7,69%
Juros e perdas suportados	8.597.480	8.585.566	11.914	0,14%

Os gastos operacionais, excluindo gastos com depreciação e amortizações e imparidades, registaram um aumento de 13,8%, face ao período homólogo cifrando em 428,1 milhões de escudos. Esta variação é substancialmente determinada pelo comportamento dos gastos diretos, nomeadamente, custos com comissões acquirers internacionais (Visa e MasterCard) e outros gastos operacionais onde se incluem os serviços de terceiros.

Os Gastos com o Pessoal ascenderam a 82,7 milhões de escudos em 2017, um aumento de 13%, ou seja em termos de valor absoluto mais 9,6 milhões de escudos com relação a 2016. O aumento deve-se essencialmente às contratações de novos técnicos e uma maior aposta na formação do Capital Humano da empresa.

O rácio Gastos com o Pessoal sobre Prestação de Serviço passou de 10,7% em 2016 para 11% em 2017, representando 15,5% do total dos custos da Empresa, percentagem equivalente ao registado no período homólogo.

Os gastos com as Amortizações fixaram-se em 90,1 milhões de escudos, um decréscimo em 7,6%, em linha com um aumento pouco expressivo dos ativos não correntes nos últimos anos.

O rácio CAPEX/receitas operacionais situou-se em 13,8% (13% em 2016) e os gastos com a depreciação e amortização representaram 12% dos rendimentos operacionais, e 14,3% em 2016.

A rubrica Imparidades inclui as provisões de cobrança duvidosa para clientes, imparidades para liquidação internacional, no valor total de 6 milhões de escudos.

Outros gastos e perdas

A rubrica Outros Gastos no valor de 9,3 milhões de escudos (9,7 milhões de escudos para 2016) inclui essencialmente imposto de selo, quotizações e ajustamentos de impostos IRPC do exercício e regularização da taxa definitiva da pro-rata do IVA.

Os Juros e Perdas de Financiamento incluem essencialmente as despesas relacionadas com a garantia bancária, despesas financeiras com processamento, diferenças de câmbios desfavoráveis somando um total de 8,5 milhões de escudos.

4.5 Resultado líquido do exercício

O Resultado Líquido da SISP registou uma variação positiva de 23% e em termos de valor absoluto, de 37 milhões de escudos comparativamente ao ano passado, atingindo o montante de 199 milhões de escudos. O que esteve na base desse crescimento foi o aumento dos rendimentos dos serviços não bancários (Estado, comerciantes e entidades de serviço), aumento do justo valor da participação financeira e diminuição das amortizações.

Pela negativa destaca-se a variação nos custos com FSE's e gastos com o pessoal em 15,7% e 13,2%, respetivamente. A imparidade de clientes, incluindo a liquidação internacional foi de 6 milhões de escudos contra 3,8 milhões de escudos.

Fruto do aumento dos proveitos operacionais superiores ao registado nos custos, resultado do esforço da melhoria de eficiência que permanentemente caracteriza a atividade da Empresa, o EBITDA cresceu 13,9% entre 2016 e 2017, fixando-se em 361,8 milhões de escudos.

5

**SITUAÇÃO
FINANCEIRA**

5. SITUAÇÃO FINANCEIRA

5.1 Evolução do Balanço

Em 31 de dezembro de 2017 o ativo líquido atingiu 1.453,2 milhões de escudos, o que corresponde a um aumento de 25,59% (+296 milhões de escudos) em relação ao valor registrado em dezembro de 2016:

Tabela 13: Balanço

Ativo	31/12/2017	31/12/2016	Variação	Variação %
Ativo não Correntes	393.144.239	328.054.661	65.089.578	19,84%
Ativos Fixos Tangíveis	149.936.008	139.662.812	10.273.196	7,36%
Ativos Intangíveis	40.124.673	29.762.889	10.361.784	34,81%
Participação Financeira	203.083.558	158.628.960	44.454.598	28,02%
Activo Corrente	1.060.073.713	829.082.152	230.991.561	27,86%
Inventários	67.713.730	30.544.638	37.169.092	121,69%
Dívidas a Curto Prazo	388.513.458	249.555.163	138.958.295	55,68%
Depósitos Bancários e Caixa	603.846.526	548.982.352	54.864.174	9,99%
Total do Activo	1.453.217.953	1.157.136.813	296.081.139	25,59%
Capital Próprio	771.848.085	669.632.743	102.215.342	15,26%
Capital Social e Reservas	572.537.166	507.806.781	64.730.385	12,75%
Resultado Líquido do Período	199.310.919	161.825.962	37.484.957	23,16%
Passivo	681.369.868	487.504.070	193.865.797	39,77%
Passivo não Corrente	2.765.521	5.600.957	-2.835.436	-50,62%
Passivo Corrente	678.604.347	481.903.113	196.701.233	40,82%
Capital próprio + passivo	1.453.217.953	1.157.136.814	296.081.139	25,59%

Para esta evolução contribuíram fundamentalmente os seguintes fatores:

- Aumento dos ativos correntes em 230 milhões de escudos, destacando-se, 138,9 milhões de escudos em dívida de curto prazo, resultado do aumento do volume de negócio em dezembro e em disponibilidade em 54,8 milhões de escudos, resultado do aumento dos saldos em dívida de compensação associados ao negócio de acquiring (Visa e MasterCard);
- Aumento dos ativos não correntes em 65 milhões de escudos, gerados pelos investimentos feitos em diversos projetos da empresa em 2017;
- Aumento em Inventários em 37,1 milhões de escudos;
- Aumento da participação financeira em 28%, ou seja, mais 44,4 milhões de escudos.

O Capital Próprio aumentou 15,2% em 102,2 milhões de escudos em 2017, em consequência do efeito conjugado da incorporação em reservas de 40% do resultado líquido de 2016 e o impacto do aumento no Resultado Líquido do exercício em 37,5 milhões de escudos.

O total do Passivo atingiu 681,3 milhões de escudos, um aumento de 193,8 milhões de escudos face ao ano anterior, justificado pela dívida de compensação associada ao negócio de acquiring, fixando-se em 404,5 milhões de escudos. Registou-se ainda uma diminuição nas provisões (passivo não corrente) em 2,8 milhões de escudos.

5.2 Indicadores de Gestão

Os Indicadores de Rendibilidade indicam que a Empresa tem sido rentável, com um acréscimo no EBITDA (excluindo o impacto do justo valor) em 4,27%.

Os Rácios de Eficiência demonstram que a Empresa de um modo geral é eficiente, pese embora um ligeiro decréscimo em relação ao ano de 2016.

No que diz respeito à solidez e sustentabilidade financeira, a Empresa tem cumprido os parâmetros prudenciais estabelecidos pelo Banco de Cabo Verde.

Os fundos próprios da Instituição evoluíram de 627,9 milhões de escudos em 2016 para 735,8 milhões de escudos em 2017, exibindo um crescimento de 17%.

O rácio de Solvabilidade situou-se nos 59,09% em dezembro de 2017, contra 57,86% registado no período homólogo, muito acima do limite definido pelo Banco de Cabo Verde que é de 10%.

O rácio de Cobertura do Imobilizado assentou por sua vez nos 591,91%.

Tabela 14: Indicadores de gestão

Rácios	2017	2016	2015	Varição
Rendibilidade				
EBITDA	320,5 mCVE	307,4 mCVE	255,1 mCVE	4,27%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	25,82%	24,17%	20,70%	6,84%
Rendibilidade Económica do Ativo (REA)	18,69%	19,00%	19,78%	-1,61%
Rendibilidade Líquida das Vendas	26,65%	23,72%	20,09%	12,35%
Eficiência Operacional				
Prazo Médio de Recebimentos	47	40	50	18,27%
Liquidez Geral	1,56	1,72	2,06	-9,18%
Liquidez Reduzida	1,46	1,66	1,96	-11,91%
Liquidez Imediata	0,89	1,14	1,08	-21,94%
Indicadores Prudenciais				
Fundos Próprios	735,8mCVE	627,9mCVE	553,4 mCVE	17,18%
Solvabilidade	59,09%	57,86%	53,90%	2,12%
Cobertura do Imobilizado	591,91%	612,02%	367,29%	-3,29%

5.3 Proposta de Aplicação de Resultados

Tomando em consideração a política de distribuição de dividendos e fazendo uso da prerrogativa que lhe é atribuída por Lei e pelos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que nos termos legais e estatutários aplicáveis:

O resultado líquido do exercício de 2017, no montante de 199.310.919 CVE, seja aplicado da seguinte forma:

Tabela 15: Proposta de aplicação de resultado

	%	Valor
Dividendos	50%	99.655.459 ECV
Reserva Legal	10%	19.931.092 ECV
Outras Reservas	40%	79.724.368 ECV
Total		199.310.919 ECV

5.4 Demonstrações Financeiras

SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos

Demonstrações de Resultados por natureza em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Montantes expressos em Escudos de Cabo Verde)

Rubricas	Notas	31/12/2017	31/12/2016	Variação	%
Prestação de serviços e vendas	14	747.873.020	682.133.102	65.739.918	9,64%
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	(9.861.173)	(11.710.788)	1.849.615	-15,79%
Resultado operacional bruto		738.011.847	670.422.314	67.589.533	10,08%
Fornecimento e serviços externos	15	326.148.220	281.667.222	44.480.998	15,79%
Comunicações	15	40.895.243	37.320.412	3.574.831	9,58%
Conservação e reparação	15	42.510.296	41.958.645	551.651	1,31%
Comissões acquiring Visa	15	100.162.789	92.012.386	8.150.403	8,86%
Comissões acquiring MasterCard	15	83.469.472	64.645.969	18.823.503	29,12%
Comissões POS Vinti4	15	12.237.616	-	12.237.616	
Electricidade	15	7.919.361	8.007.891	(88.530)	-1,11%
Rendas e alugueres	15	4.173.852	3.810.528	363.324	9,53%
Deslocações e estadias	15	4.356.952	4.710.765	(353.813)	-7,51%
Honorários	15	1.428.656	1.321.740	106.916	8,09%
Avenças	15	19.193.838	18.516.580	677.258	3,66%
Combustíveis	15	1.196.500	1.697.787	(501.287)	-29,53%
Imagem Institucional	15	699.175	426.894	272.281	63,78%
Consumíveis	15	1.113.485	1.442.557	(329.072)	-22,81%
Vigilância e segurança	15	1.216.940	1.355.179	(138.239)	-10,20%
Seguros	15	1.183.052	1.198.857	(15.805)	-1,32%
Outros Fornecimentos e Serviços externos	15	4.390.993	3.241.032	1.149.961	35,48%
Valor acrescentado bruto		411.863.627	388.755.092	23.108.535	5,94%
Gastos com pessoal	16	82.794.719	73.126.594	9.668.125	13,22%
Remunerações	16	61.915.621	58.095.470	3.820.151	6,58%
Encargos sociais	16	8.721.617	7.848.707	872.910	11,12%
Formação	16	8.615.591	3.689.164	4.926.427	133,54%
Prémio Produtividade	16	1.833.902	1.653.028	180.874	10,94%
Seguros	16	1.020.018	887.520	132.498	14,93%
Outros gastos com pessoal	16	687.970	952.705	(264.735)	-27,79%
Provisões do exercício - Reversões	10	2.835.436	8.966.978	(6.131.542)	-68,38%
Ajustamento de inventários -Aumentos	7 e 10	(14.796)	(240.242)	225.446	-93,84%
Aumentos/redução do justo valor	6	44.454.598	7.774.017	36.680.581	471,84%
Ajustamento de Activos Fixos -Aumentos	10	-	(2.524.560)	2.524.560	-100,00%
Ajustamentos imparidade gastos	10	(6.049.900)	(3.893.122)	(2.156.778)	55,40%
Outros gastos	17	9.349.287	9.728.292	(379.005)	-3,90%
Impostos	17	8.920.039	7.481.091	1.438.948	19,23%
Quotizações	17	43.200	43.200	0	0,00%
Outros gastos e perdas	17	386.048	2.204.001	(1.817.953)	-82,48%
Outros rendimentos e ganhos	17	868.807	1.547.273	(678.466)	-43,85%
Resultado antes de amortizações perdas/ganhos de financiamento e imposto		361.813.766	317.530.550	44.283.216	13,95%
Gastos com depreciação e amortização	5	90.195.187	97.707.404	(7.512.217)	-7,69%
Activos intangíveis	5	10.977.398	11.066.090	(88.692)	-0,80%
Activos fixos tangíveis	5	79.217.789	86.641.314	(7.423.525)	-8,57%
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e imposto)		271.618.579	219.823.146	51.795.433	23,56%
Juros e ganhos obtidos	18	4.489.198	4.437.306	51.892	1,17%
Juros e perdas suportados	18	(8.597.480)	(8.585.566)	(11.914)	0,14%
Resultado antes de impostos		267.510.297	215.674.886	51.835.411	24,03%
Imposto sobre rendimento do periodo	19	(68.199.378)	(53.848.924)	(14.350.454)	26,65%
Resultado líquido do periodo		199.310.919	161.825.962	37.484.957	23,16%

Área Administrativa e Financeira

O Conselho de Administração

SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos

Balanços em 31 de dezembro de 2017 e dezembro 2016

(Montantes expressos em Escudos de Cabo Verde)

Rubricas	Notas	31-12-2017	31/12/2016	Varição	%
ACTIVO					
Activo não corrente					
Activos fixos tangíveis	5	149.936.008	139.662.812	10.273.196	7,36%
Terrenos	5	5.915.292	5.915.292	-	0,00%
Edifícios e outras construções	5	16.255.810	18.479.545	(2.223.735)	-12,03%
Equipamento básico	5	81.105.428	102.350.693	(21.245.265)	-20,76%
Equipamento de transporte	5	6.414.197	6.430.439	(16.242)	-0,25%
Equipamento administrativo	5	3.905.007	4.583.346	(678.339)	-14,80%
Ferramentas e utensílios	5	6.329	25.869	(19.540)	-75,53%
Adiantamento por conta de activos fixos tangíveis	5	36.333.945	1.877.628	34.456.317	1835,10%
Activos intangíveis	5	40.124.673	29.762.889	10.361.784	34,81%
Programas de computador (Software)	5	11.910.953	14.324.775	(2.413.822)	-16,85%
Outros activos intangíveis	5	9.754.945	12.784.585	(3.029.640)	-23,70%
Adiantamento por conta de activos intangíveis	5	18.458.775	2.653.529	15.805.246	595,63%
Participação Financeira - outros métodos	6	203.083.558	158.628.960	44.454.598	28,02%
Partes de capital	6	203.083.558	158.628.960	44.454.598	28,02%
Total do activo não corrente		393.144.239	328.054.661	65.089.578	19,84%
Activo corrente					
Inventários	7	67.713.730	30.544.638	37.169.092	121,69%
Mercadorias	7	22.175.964	4.083.189	18.092.775	443,10%
Materiais primas, subsidiárias e de consumo	7	45.537.766	26.461.449	19.076.317	72,09%
Clientes	11	304.316.477	182.967.697	121.348.780	66,32%
Outras contas a receber	11	70.885.828	51.194.892	19.690.936	38,46%
Diferimentos	8	13.311.153	15.392.574	(2.081.421)	-13,52%
Depositos bancários e caixa	4	603.846.526	548.982.352	54.864.174	9,99%
Total do activo corrente		1.060.073.713	829.082.152	230.991.561	27,86%
Total do Activo		1.453.217.953	1.157.136.813	296.081.139	25,6%
CAPITAL PRÓPRIO e PASSIVO					
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital	9	100.000.000	100.000.000	-	0,00%
Reservas legais	9	31.332.646	31.332.646	-	0,00%
Reservas livres	9	14.401.872	14.401.872	-	0,00%
Outras reservas	9	372.036.324	307.305.939	64.730.385	21,06%
Resultados transitados		54.766.324	54.766.324	-	0,00%
Resultado líquido do período		199.310.919	161.825.962	37.484.957	23,16%
Total de capital próprio		771.848.085	669.632.743	102.215.342	15,3%
PASSIVO					
Passivo não corrente					
Provisões	10	2.765.521	5.600.957	(2.835.436)	-50,62%
Total do passivo não corrente		2.765.521	5.600.957	(2.835.436)	-50,6%
Passivo corrente					
Fornecedores - investimentos	11	16.429.227	373.692	16.055.535	4296,46%
Fornecedores, conta corrente	11	28.471.965	8.099.576	20.372.389	251,52%
Adiantamento de clientes	11	21.373.896	-	21.373.896	100,00%
Compensação Visa/Mastercard	12	404.568.638	341.873.111	62.695.527	18,34%
Estado e outros entes públicos	13	51.365.907	47.447.582	3.918.324	8,26%
Outras contas a pagar	11	143.724.114	76.915.886	66.808.228	86,86%
Acréscimo de gastos	8	12.670.600	7.193.266	5.477.334	76,15%
Total do passivo corrente		678.604.347	481.903.113	196.701.233	40,8%
Total de Passivo		681.369.868	487.504.070	193.865.797	39,77%
Total do capital próprio e passivo		1.453.217.953	1.157.136.813	296.081.139	25,6%

Área Administrativa e Financeira

O Conselho de Administração

SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos

Demonstração de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Montantes expressos em Escudos de Cabo Verde)

Método Indirecto	Notas	31/12/2017		31/12/2016	
Fluxo de caixa das actividades operacionais:					
Resultado líquido do exercício		199.310.919		161.825.962	
Ajustamentos:					
Amortizações e depreciações	(+)	90.195.187		97.707.404	
Provisões	(+/-)	(2.835.436)		(12.403.945)	
Juros e rendimentos similares obtidos	(-)	(4.489.198)		(4.437.306)	
Juros e gastos similares suportados	(+)	8.597.480		8.585.566	
Ganhos na alienação de Activos fixos tangíveis	(-)	(164.731)		(1.037.295)	
Ganhos por aumento do Justo Valor -VISA	(-)	(44.454.598)		(7.774.017)	
Aumento de Inventários	(+)	(37.169.092)		(2.620.400)	
Aumento das dívidas a receber		(141.039.716)		(19.312.117)	
Diminuição dos gastos diferidos	(+)	2.081.421		3.778.067	
Aumento das contas a pagar	(+)	191.223.899		249.747.096	
Diminuição das contas a pagar	(-)	-		(29.666.490)	
Aumento dos Acréscimos de gastos	(+)	5.477.334		(5.259.595)	
<i>Fluxo de caixa das actividades operacionais (1)</i>		266.733.469		439.132.930	
Fluxo de caixa das actividades de investimento:					
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos fangíveis		(89.490.985)		(89.327.320)	
Activos intangíveis		(21.339.182)		(1.140.925)	
			(110.830.167)		(90.468.245)
Recebimentos provenientes de:					
Activos fixos tangíveis		164.731		1.037.295	
Juros e rendimentos similares		3.618.006		3.650.582	
Dividendos		871.192		786.724	
			4.653.929		5.474.601
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>		(106.176.238)		(84.993.644)	
Actividades de financiamento:					
Recebimentos provenientes de:					
Pagamentos respeitantes a:					
Juros e gastos similares		(8.597.480)		(8.585.566)	
Dividendos		(97.095.577)		(86.031.768)	
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i>		(105.693.057)		(94.617.334)	
		31 dez 17		31 dez 16	
Variações de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		54.864.174		259.521.952	
Caixa e seus equivalentes no início do período		548.982.352		289.460.400	
Caixa e seus equivalentes no final do período		603.846.526		548.982.352	

Area Administrativa e Financeira

O Conselho de Administração

SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos

Demonstração de Alterações no Capital Próprio em 31/12/2017

(Montantes expressos em Escudos de Cabo Verde)

Descrição	Notas						Resultados	Resultado	Total
		Capital Realizado	Reservas Legais	Reservas Livres	Outras reservas	Transitados	Líquido do Período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	(1)	100.000.000	31.332.646	14.401.872	270.435.181	54.766.324	122.902.526	593.838.549	
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO									
Resultado Líquido do Período							161.825.962	161.825.962	
Aplicação do Resultado Líquido									
Tranferência para outras reservas		-	-	-	36.870.758	-	(36.870.758)	-	
Resultado Extensivo (2)		100.000.000	31.332.646	14.401.872	307.305.939	54.766.324	247.857.730	755.664.511	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Distribuições de dividendos		-	-	-	-	-	(86.031.768)	(86.031.768)	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	(4)=(1+2+3)	100.000.000	31.332.646	14.401.872	307.305.939	54.766.324	161.825.962	669.632.743	
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO									
Resultado Líquido do Período							199.310.919	199.310.919	
Aplicação do Resultado Líquido									
Tranferência para outras reservas		-	-	-	64.730.385	-	(64.730.385)	-	
Resultado Extensivo (5)		100.000.000	31.332.646	14.401.872	372.036.324	54.766.324	296.406.495	868.943.662	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Distribuições de dividendos		-	-	-	-	-	(97.095.577)	(97.095.577)	
POSIÇÃO NO FIM	(4+5+6)	100.000.000	31.332.646	14.401.872	372.036.324	54.766.324	199.310.919	771.848.085	

Area Administrativa e Financeira

O Conselho de Administração

**ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
(*Montantes expressos em Escudos de Cabo Verde - CVE*)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos (“SISP” ou “Sociedade”) é uma sociedade anónima, que tem como sócios, o Estado enquanto o principal pagador no país, o Banco de Cabo Verde, na qualidade de regulador, fiscalizador e promotor do bom funcionamento dos Sistemas de compensação e de Pagamentos, os bancos comerciais exercendo a sua atividade em Cabo Verde designadamente Banco Comercial do Atlântico, S.A., Banco Interatlântico, S.A.R.L., Banco Caboverdiano de Negócios, S.A. e Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. e a Cabo Verde Telecom, S.A. cuja atividade de prestadora de serviços de telecomunicações é de particular interesse para o desenvolvimento dos Sistemas de Pagamentos. Foi constituída em 1999 e tem a sua sede social em Achada Santo António – Praia, Cabo Verde.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 23 de março de 2018.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Cabo Verde, vertidas na Portaria nº 49/2008, de 29 de dezembro, do Ministério das Finanças, que determina a adoção do Novo Sistema de Normalização Contabilística para Cabo Verde (“SNC”), em substituição do Plano Nacional de Contabilidade (POC) aprovado pelo Decreto n.º 4/84, de 30 de janeiro, que inclui um conjunto de Normas de Relato Financeiro (“NRF”). Apesar de, conforme disposto no Aviso nº 2/2007 do Banco de Cabo Verde, as entidades, nas quais se enquadra a SISP, deverem adotar as Normas Internacionais de Relato Financeiro, em agosto de 2008 a SISP obteve autorização do Banco de Cabo Verde para a utilização do POC, tendo nessa data transitado para as NRF.

As NRF foram adotadas para os períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2009. Este Sistema de Normalização Contabilístico e Relato Financeiro visa transpor para o direito interno Normas de Relato Financeiro que constituem uma adaptação das Normas Internacionais de Contabilidade e das Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”).

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com o Sistema de Normalização de Relato Financeiro.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas por duodécimos, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de Bens	Anos
Edifícios e outras construções	5 a 25
Equipamento básico - POS	2
Equipamento básico - outros	3 a 8
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	5
Equipamento administrativo	4 a 12

As vidas úteis e método das depreciações dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que incorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido ou a receber na

transação e a quantia escriturada do ativo líquida de amortizações acumuladas, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que incorrem.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de Bens	Anos
Programas de Computador	3
Propriedade industrial - Marcas e Patentes	10
Outros Ativos Intangíveis	10

As vidas úteis e método das amortizações dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Sociedade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram.

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de imparidade”.

3.5 Inventários

Os inventários encontram-se registados pelo seu custo histórico. O custo inclui todos os custos de compra e outros incorridos para colocar os bens no seu local e na sua condição atual. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Ajustamentos de inventários – Perdas/Reversões”.

O método de custeio dos inventários adotado pela Sociedade consiste no custo médio.

3.6 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo registados de acordo com as disposições da NRF 16 – Instrumentos Financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

i. Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

ii. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

iii. Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

iv. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto de selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

No caso da SISP, esta categoria inclui participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas. Estas participações financeiras são mensuradas ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados, exceto quando dizem respeito a entidades cujos instrumentos de capital próprio não são negociados publicamente (ações não cotadas em bolsa) e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, caso em que as mesmas são mensuradas

ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Os instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber” ou “Imparidade de ativos não depreciáveis” no período em que são determinadas. Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por contrapartida de resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio mensurados ao custo.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Sociedade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Sociedade a receber o correspondente montante.

3.8 Imposto sobre o rendimento

O Imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Sociedade. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.9 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Sociedade) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio da data de determinação do justo valor. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.10 Provisões e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.12 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjustingevents” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjustingevents” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.13 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vida útil dos equipamentos denominados por “POS” – em 2010 a Sociedade desenvolveu um estudo de utilização e substituição dos POS, com vista a apurar a vida útil destes equipamentos. Como resultado deste estudo foi atribuída uma vida útil de dois anos, a qual será periodicamente revista. Em 2017 a Sociedade ainda aplica as conclusões obtidas no estudo realizado em 2010 por considerar que o estudo ainda se mantém atual, e por ainda não existir histórico suficiente com a utilização dos novos POS que sustente a alteração da vida útil.
- b) Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais. Na preparação da estimativa para o exercício de 2017 a Sociedade considerou as disposições previstas no novo Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC).

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes corresponde a depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Caixa e seus equivalentes apresenta a seguinte composição:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
. Em bancos nacionais	58.698.136	165.060.193
. Em bancos estrangeiros	<u>400.961.193</u>	<u>295.837.826</u>
Caixas e seus equivalentes	<u>459.659.329</u>	<u>460.898.019</u>
Depósitos a prazo	<u>144.187.197</u>	<u>88.084.333</u>
Depósitos bancários e caixa	<u><u>603.846.526</u></u>	<u><u>548.982.352</u></u>

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica “Depósitos a prazo” corresponde a 5 depósitos a prazo, os quais vencem juros à taxa média anual bruta de 2,56% e têm vencimentos nos meses de julho e outubro do ano seguinte.

Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica “Depósitos a prazo” corresponde a 3 depósitos a prazo, os quais vencem juros à taxa média anual bruta de 4,2% e têm vencimentos no mês de julho e agosto do ano seguinte.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica “Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis – em bancos estrangeiros” inclui essencialmente os saldos referentes às operações de liquidação internacional com a VISA e MasterCard (Nota 12).

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis foi o seguinte:

	31/12/2016				31/12/2017			
	Valor líquido	Aquisições	Transferências e abates	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Imparidades	Valor líquido
Activos fixos tangíveis								
Terrenos	5.915.292	-	-	-	5.915.292	-	-	5.915.292
Edifícios e outras construções	18.479.545	-	-	(2.223.735)	57.728.376	(41.472.566)	-	16.255.810
Equipamento básico	102.350.693	1.208.092	49.222.659	(71.676.016)	521.245.415	(440.139.986)	-	81.105.428
Equipamento de transporte	6.430.439	-	4.500.000	(4.516.242)	31.158.902	(24.744.705)	-	6.414.197
Equipamento administrativo	4.583.346	454.202	(350.285)	(782.256)	12.928.751	(9.023.744)	-	3.905.007
Ferramentas e utensílios	25.869	-	-	(19.540)	1.583.308	(1.576.979)	-	6.329
Adiantamento por conta de activos fixos tangíveis	1.877.628	87.828.691	(53.372.374)	-	37.987.921	-	(1.653.976)	36.333.945
	139.662.812	89.490.985	-	(79.217.789)	668.547.965	(516.957.980)	(1.653.976)	149.936.008
Activos intangíveis								
Programas de computador (Software)	14.324.775	-	5.533.936	(7.947.758)	234.761.997	(222.851.044)	-	11.910.953
Propriedade industrial - Marcas e patentes	-	-	-	-	479.238	(479.238)	-	-
Outros Activos Intangíveis	12.784.585	-	-	(3.029.640)	22.572.493	(12.817.548)	-	9.754.945
Adiantamentos por conta de activos intangíveis	2.653.529	21.339.182	(5.533.936)	-	19.329.359	-	(870.584)	18.458.775
	29.762.889	21.339.182	-	(10.977.398)	277.143.087	(236.147.830)	(870.584)	40.124.673
	169.425.701	110.830.167	-	(90.195.187)	945.691.052	(753.105.810)	(2.524.560)	190.060.681
	31/12/2015				31/12/2016			
	Valor líquido	Aquisições	Transferências e abates	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Imparidades	Valor líquido
Activos fixos tangíveis								
Terrenos	5.915.292	-	-	-	5.915.292	-	-	5.915.292
Edifícios e outras construções	20.703.280	-	-	(2.223.735)	57.728.376	(39.248.831)	-	18.479.545
Equipamento básico	93.105.479	3.075.410	82.031.301	(79.334.869)	496.851.564	(394.500.870)	-	102.350.693
Equipamento de transporte	10.377.499	-	-	(3.947.060)	26.658.902	(20.228.463)	-	6.430.439
Equipamento administrativo	4.457.784	1.193.607	-	(1.080.545)	13.027.082	(8.443.736)	-	4.583.346
Ferramentas e utensílios	80.974	-	-	(55.105)	1.583.308	(1.557.439)	-	25.869
Adiantamento por conta de activos fixos tangíveis	2.336.498	82.688.851	(82.031.301)	-	3.531.604	-	(1.653.976)	1.877.628
	136.976.806	86.957.868	-	(86.641.314)	605.296.128	(463.979.339)	(1.653.976)	139.662.812
Activos intangíveis								
Programas de computador (Software)	13.957.197	-	-	(5.733)	229.228.061	(214.903.286)	-	14.324.775
Propriedade industrial - Marcas e patentes	5.733	372.475	12.576.948	(8.919.649)	479.238	(479.238)	-	-
Outros Activos Intangíveis	12.016.050	2.909.243	-	(2.140.708)	22.572.493	(9.787.908)	-	12.784.585
Adiantamentos por conta de activos intangíveis	13.709.074	9.051.342	(12.576.948)	-	3.524.113	-	(870.584)	2.653.529
	39.688.054	12.333.060	-	(11.066.090)	255.803.905	(225.170.432)	(870.584)	29.762.889
	168.741.862	99.290.928	-	(97.707.404)	861.100.033	(689.149.771)	(2.524.560)	169.425.701

As movimentações ocorridas nas rubricas de “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis” e “Adiantamentos por conta de ativos intangíveis” referem-se essencialmente ao

desenvolvimento de aplicações operacionais diversas, que não entraram em funcionamento até 31 de dezembro de 2017.

No exercício de 2016, a SISP procedeu à constituição das seguintes imparidades para ativos em curso: (i) 870.584 CVE para a parte de *software* do projeto de gestão de frotas e sistema de controlo de armazém que se encontra parada desde abril de 2012; e (ii) 1.653.976 CVE para os custos associados ao desenvolvimento de um novo interface entre aplicações de negócio, que se encontra parado desde abril de 2015.

No exercício de 2017, a SISP procedeu ao abate de 637 POS adquiridos entre 2009 e 2012 no valor bruto total de 25.515.211 CVE, que se encontravam totalmente amortizados.

No exercício de 2016, a SISP procedeu ao abate de 2.138 POS adquiridos entre 2009 e 2011 no valor bruto total de 77.712.848 CVE, que se encontravam totalmente amortizados.

No exercício de 2010 a Sociedade entregou junto da Administração Fiscal um documento a requerer a aceitação em termos fiscais da alteração das vidas úteis dos equipamentos POS de cinco anos para dois anos, aguardando ainda resposta por parte da mesma. O Conselho de Administração antecipa que este pedido venha a ter parecer favorável.

6. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os investimentos financeiros da Sociedade apresentam a seguinte composição:

				<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
	Número de ações	Valor unitário	Valor de aquisição	Valor de balanço	Valor de balanço
Visa Inc. - Classe C	<u>19.256</u>	<u>10.547</u>	<u>14.401.872</u>	<u>203.083.558</u>	<u>158.628.960</u>

O movimento ocorrido na quantia escriturada da participação financeira na VISA Inc. foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>150.854.943</u>
Ganhos por aumento do justo valor	<u>7.774.017</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>158.628.960</u>
Ganhos por aumento do justo valor	<u>44.454.598</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>203.083.558</u>

Atendendo a que as ações da Classe C podem ser convertidas em ações da Classe A, a participação Visa Inc. encontra-se valorizada com base na cotação das correspondentes

ações da Classe A da Visa Inc. que se encontram cotadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Em Março de 2015 ocorreu um *stocksplit*, passando cada ação classe C a equivaler 4 ações classe A, data a partir da qual o número de ações classe C passou a ser 19.256 ações.

7. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Montante bruto	Perdas por imparidade (Nota 10)	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade (Nota 10)	Montante líquido
Mercadorias						
Adiantamentos por compras						
Mercado externo	20.329.632	-	20.329.632	2.343.238	-	2.343.238
	20.329.632	-	20.329.632	2.343.238	-	2.343.238
Cartas de Pin	1.567.247	-	1.567.247	1.460.866	-	1.460.866
Cartões PVC Branco	279.085	-	279.085	279.085	-	279.085
	1.846.332	-	1.846.332	1.739.951	-	1.739.951
	22.175.964	-	22.175.964	4.083.189	-	4.083.189
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Adiantamentos por compras						
Mercado externo	11.191.925	-	11.191.925	-	-	-
	11.191.925	-	11.191.925	-	-	-
Peças POS	3.813.828	-	3.813.828	-	-	-
Peças ATM	32.055.766	(1.686.517)	30.369.249	27.736.185	(1.686.517)	26.049.668
Consumíveis cartões	162.764	-	162.764	411.781	-	411.781
	36.032.358	(1.686.517)	34.345.841	28.147.966	(1.686.517)	26.461.449
	47.224.283	(1.686.517)	45.537.766	28.147.966	(1.686.517)	26.461.449
Total inventários	69.400.247	(1.686.517)	67.713.730	32.231.155	(1.686.517)	30.544.638

A constituição das perdas por imparidades de inventários resulta de uma análise periódica do menor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido, sendo os ajustamentos registados na rubrica “Ajustamentos de Inventários” (Nota 10).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Adiantamentos por conta de compras – mercado externo” diz respeito a adiantamentos a fornecedores efetuados pela Sociedade para aquisição de peças de ATM e POS.

Os gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

No exercício de 2017, foram abatidos 14.796 CVE referente a consumíveis cartões.

	31/12/2017			31/12/2016		
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	1.739.951	28.147.966	29.887.917	521.304	21.558.945	22.080.249
Transferência	-	2.343.238	2.343.238	-	-	-
Compras	1.599.545	13.909.163	15.508.708	1.630.599	17.647.615	19.278.214
Saldo final*	1.846.332	36.032.358	37.878.690	1.739.951	28.147.966	29.887.917
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	1.493.164	8.368.009	9.861.173	411.952	11.298.836	11.710.788

*excluindo Adiantamento por conta de compras.

8. DIFERIMENTOS ATIVOS/ PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

Ativo corrente

Contratos de manutenção:

. HP	3.067.638	3.245.267
. Oracle	2.320.869	2.236.918
. Bizfrist	1.275.436	1.210.383
. Outros	1.416.013	1.711.853
	<u>8.079.956</u>	<u>8.404.421</u>
Contrato com VISA Internacional	2.774.910	3.213.509
Trustwave	-	1.393.207
Seguros	1.103.818	993.376
Outros	1.352.469	1.388.061
	<u>13.311.153</u>	<u>15.392.574</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” registava montantes em aberto referentes a diversos contratos de manutenção no valor total de 8.079.956 CVE e 8.404.421 CVE, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Contrato com Visa Internacional” diz respeito a um contrato de manutenção renovado anualmente celebrado com a entidade Visa Internacional. Com relação ao contrato com a Trustwave a diminuição está relacionada com o contrato bianual celebrado em novembro de 2015 e que vigorou até dezembro de 2017.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Passivo corrente</u>		
Acréscimo de gastos		
. Visa	4.942.399	2.878.849
. Prémio desempenho	2.649.673	2.297.604
. Mastercard	3.442.155	591.379
Outros	1.636.373	1.425.434
	<u>12.670.600</u>	<u>7.193.266</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas “Acréscimo de gastos – “MasterCard” e “Acréscimos de gastos – Visa” incluem o montante estimado dos gastos incorridos pela Sociedade, ainda a ser faturados pela MasterCard e Visa, respetivamente, no âmbito do serviço MasterCard e Visa em Cabo Verde. Relativamente à rubrica “Acréscimos de gastos – Visa”, a variação ocorrida justifica-se pelo facto de em 31 de dezembro de 2017 se encontrarem por faturar gastos relativos ao período de outubro a dezembro de 2017, enquanto em 31 de dezembro de 2016 apenas se encontram por faturar gastos relativos aos meses de novembro e dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Acréscimos de gastos – Outros” inclui o montante de 1.472.902 CVE, relativos a comissão POS a pagar aos bancos (Nota 17).

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Acréscimos de gastos – Outros” inclui o montante de 1.110.040 CVE, relativo a donativos a pagar (Nota 17).

9. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital da Sociedade, totalmente subscrito e realizado, era composto por 100.000 ações com o valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada.

Reservas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as reservas da Sociedade apresentam a seguinte composição:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Reserva legal	31.332.646	31.332.646
Reservas livres	14.401.872	14.401.872
Outras reservas	372.036.324	307.305.939
	<u>417.770.842</u>	<u>353.040.457</u>

De acordo com a lei que regula as atividades das instituições financeiras em vigor em Cabo Verde (lei nº 62/VIII/2014), uma fração não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, deve ser destinada ao reforço da reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

Distribuições

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de maio de 2017, os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 atribuídos aos acionistas ascenderam a 97.095.577 CVE (correspondente a 970,95 CVE por ação).

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de maio de 2016, os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 atribuídos aos acionistas ascenderam a 86.031.768 CVE (correspondente a 860 CVE por ação).

10. PROVISÕES, IMPARIDADES E PASSIVOS CONTINGENTES

Nos exercícios de 2017 e 2016 o movimento ocorrido nas provisões e imparidades pode ser detalhado conforme se segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Reforços</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisões					
- Contingências fiscais	5.600.957	-	-	(2.835.436)	2.765.521
Imparidades					
- Clientes - Valores em trânsito/Clientes (Nota 11)	16.954.812	2.666.534	(201.632)	-	19.419.714
- Outras contas a receber (Nota 11):					
· Liquidação internacional VISA/Mastercard	4.719.970	651.629	(651.629)	-	4.719.970
· Chargeback	6.633.942	2.656.385	-	-	9.290.327
- Ativos em curso (Nota 5)	2.524.560	-	-	-	2.524.560
- Outros devedores (Nota 11)	1.481.632	75.352	-	-	1.556.984
- Existências (Nota 7)	1.686.517	-	-	-	1.686.517
	<u>34.001.433</u>	<u>6.049.900</u>	<u>(853.261)</u>	<u>-</u>	<u>39.198.072</u>
	<u>39.602.390</u>	<u>6.049.900</u>	<u>(853.261)</u>	<u>(2.835.436)</u>	<u>41.963.593</u>

	<u>31/12/2015</u>	<u>Reforços</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisões					
- Contingências fiscais	<u>18.004.902</u>	<u>-</u>	<u>(3.436.967)</u>	<u>(8.966.978)</u>	<u>5.600.957</u>
Imparidades					
- Clientes - Valores em trânsito/Clientes (Nota 11)	13.061.690	3.893.122	-	-	16.954.812
- Outras contas a receber (Nota 11):					
. Liquidação internacional VISA/Mastercard	4.719.970	-	-	-	4.719.970
. Chargeback	6.633.942	-	-	-	6.633.942
- Ativos em curso (Nota 5)	-	2.524.560	-	-	2.524.560
- Outros devedores (Nota 11)	1.481.632	-	-	-	1.481.632
- Existências (Nota 7)	<u>1.446.275</u>	<u>240.242</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.686.517</u>
	<u>27.343.509</u>	<u>6.657.924</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>34.001.433</u>
	<u>45.348.411</u>	<u>6.657.924</u>	<u>(3.436.967)</u>	<u>(8.966.978)</u>	<u>39.602.390</u>

A Sociedade tem registada uma provisão para fazer face a contingências fiscais em sede de IUR – Retenção na Fonte que poderão resultar de diferentes interpretações da legislação aplicável à Sociedade, nomeadamente para serviços prestados até 2015 por fornecedores não residentes para os quais não dispõem de certificado de residência num país com quem Cabo Verde tenha acordo de dupla tributação. Relativamente a esta matéria, após as reclamações enviadas pela SISF à DGCI, no exercício de 2016, a Empresa foi notificada para a liquidação em Sede de IUR do imposto adicional no valor de 3.436.967 CVE, referente à retenção na fonte de não residentes do ano de 2014 no valor de 2.864.139 CVE mais os Juros no valor de 572.828 CVE, tendo o remanescente sido perdoado.

No exercício de 2016, a provisão para contingências fiscais em sede de IVA e IUR relativa aos anos de 2007 a 2011 no montante de 6.686.310 CVE e 2.280.668 CVE, respetivamente, foi revertida de acordo com o artigo 89º do código do processo tributário, o qual prevê que os tributos caducam quando a liquidação não seja validamente notificada ao sujeito passivo passados 5 anos.

No exercício de 2017, a provisão para contingências fiscais em sede de IUR relativa ao ano de 2012 no montante de 2.835.436 CVE, foi revertida de acordo com o artigo 89º do código do processo tributário, o qual prevê que os tributos caducam quando a liquidação não seja validamente notificada ao sujeito passivo passados 5 anos.

No exercício de 2017, foi reforçada imparidade para liquidação internacional nomeadamente chargebacks MasterCard em 2.656.385 CVE.

11. ATIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS

a. Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Valor líquido
Clientes						
Clientes conta corrente	323.736.191	(19.419.714)	304.316.477	199.864.915	(16.954.812)	182.910.103
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	57.594	-	57.594
	323.736.191	(19.419.714)	304.316.477	199.922.509	(16.954.812)	182.967.697
Outras contas a receber						
	84.896.125	(14.010.297)	70.885.828	62.548.804	(11.353.912)	51.194.892
	408.632.316	(33.430.011)	375.202.305	262.471.313	(28.308.724)	234.162.589

Em dezembro de 2017 e 2016 a rubrica “Outras contas a receber” inclui essencialmente valores transacionados com cartões internacionais que aguardam por confirmação por parte da VISA e MasterCard no montante de 67.646.444 CVE e 50.497.788 CVE, respetivamente, para as quais se encontra registada uma Imparidade de 4.719.970 CVE.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a referida rubrica inclui valores a receber de outros devedores no montante de 5.411.209 CVE e 971.221 CVE, respetivamente, líquidos de imparidade no montante de 1.556.984 CVE e 1.481.632 CVE respetivamente.

b. Adiantamento de clientes

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Adiantamento de clientes” diz respeito a valor de adiantamento dos bancos para aquisição de máquina ATM’s.

c. Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecedores		
Fornecedores - Investimentos	<u>16.429.227</u>	<u>373.692</u>
Fornecedores, conta corrente		
Em moeda nacional	5.403.755	4.533.464
Em moeda estrangeira	19.175.993	2.607.013
Fornecedores por acréscimo de gastos		
Em moeda estrangeira	<u>3.892.217</u>	<u>959.099</u>
	<u>28.471.965</u>	<u>8.099.576</u>
Outras contas a pagar	<u>143.724.114</u>	<u>76.915.886</u>
	<u>188.625.306</u>	<u>85.389.154</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Outras contas a pagar" inclui o montante de 143.675.311 CVE e 76.934.049 CVE, respetivamente, relativo ao montante pendente a pagar pela Sociedade ao Banco de Cabo Verde decorrente da realização da compensação interbancária entre os diversos Bancos Agentes e o mesmo no final do exercício respetivo.

d. Financiamentos obtidos

A Sociedade possui uma linha de crédito autorizada e não utilizada no valor de 119.397.500 CVE à taxa de juro de 7,5%.

12. COMPENSAÇÃO VISA/MASTERCARD

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo desta rubrica corresponde ao valor em aberto nestas datas junto do Banco de Cabo Verde, resultante do adiantamento de verbas realizado por esta instituição no âmbito do processo de liquidação internacional. A SISP é responsável pelo processamento da liquidação das operações realizadas em Cabo Verde com cartões VISA e MasterCard, mantendo nas suas demonstrações financeiras diversos saldos associados a essas operações (Notas 4 e 11).

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas		
Exercício de 2014	12.729.053	25.458.107
Exercício de 2016	-	53.848.924
Exercício de 2017	68.199.378	-
Pagamento por conta	(40.530.051)	(44.372.358)
Imposto sobre o valor acrescentado	6.969.134	8.194.365
Contribuições para a Segurança Social	1.977.529	1.648.953
Retenções sobre terceiros	1.171.896	979.272
Tributação Autónoma	35.174	1.005.983
Outros impostos - Imposto selo	813.793	684.336
	<u>51.365.907</u>	<u>47.447.582</u>

Em 1 de janeiro de 2015 entrou em vigor o Código do IRPC que incorpora um conjunto de alterações face ao Imposto Único sobre o Rendimento que estava anteriormente em vigor, incluindo no que diz respeito ao pagamento do imposto. Nesta matéria, o pagamento da autoliquidação e da liquidação corretiva referente ao IUR de 2014 pode ser efetuado em três prestações iguais, com vencimento em setembro de 2016, em setembro de 2017 e setembro de 2018. Em setembro de 2017, conforme referido acima, a SISP procedeu ao pagamento do montante de 12.729.054 CVE, encontrando-se por liquidar, em 31 de dezembro de 2017, o montante de 12.729.053 CVE referente à autoliquidação e liquidação corretiva devidas do IUR de 2014.

Adicionalmente, o IRPC passa a ser liquidado em três pagamentos fracionados, com vencimento em março, julho e novembro do próprio ano a que respeita o imposto, no valor de 30%, 30% e 20% da coleta relativa aos rendimentos do ano anterior.

14. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As vendas e prestação de serviços reconhecidas pela Sociedade nos exercícios de 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Serviços bancários</u>		
Processamento		
Vinti4	138.604.994	151.483.963
Visa	20.327.782	26.807.719
Mastercard	13.087.007	14.481.981
TEF	10.765.273	12.354.294
Telecompensação	1.718.540	1.716.040
Outros cartões	5.059.685	-
Gestão de terminais	37.436.300	37.551.500
Gestão de cartões	29.640.833	31.264.437
Ligação à rede		
CPD	7.500.000	8.100.000
Produção de cartão	8.527.535	6.802.805
<u>Serviços não bancários</u>		
Pagamento automático	391.117.248	344.141.361
Access Fee	61.413.387	28.647.169
Pagamento de serviços	21.240.500	16.883.579
Cartões não bancários	202.250	118.772
Outros serviços	1.262.695	1.805.289
<u>Descontos e abatimentos</u>	<u>(31.009)</u>	<u>(25.807)</u>
	<u>747.873.020</u>	<u>682.133.102</u>

Em janeiro de 2014 a Sociedade passou a cobrar um fee de 110 CVE por cada levantamento efetuado com cartão internacional (Visa/MasterCard), o qual encontra-se a registado na rubrica “Accessfee”. O referido fee foi suspenso em finais de Julho de 2015, tendo o mesmo sido retomado em agosto de 2016 no valor de 165 CVE por cada levantamento com cartão Internacional (Visa/MasterCard).

No decorrer do exercício de 2012, dando continuidade ao processo de automatização do serviço de compensação, o Banco de Cabo Verde (BCV) implementou um sistema que permite efetuar ordens de transferência de fundos a crédito de uma forma mais eficiente. Considerando a melhoria contínua da prestação deste serviço aos participantes do sistema e a racionalização do processo de transmissão de informação, o BCV delegou a gestão deste serviço à Sociedade, encontrando-se as respetivas tarifas de processamento incluídas na rubrica “Serviços bancários – TEF”.

A variação ocorrida na rubrica “Serviços não bancários – Pagamento automático” justifica-se essencialmente pelo aumento do número de transações efetuadas na rede Vinti4 durante o exercício de 2017.

15. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Comissões Acquiring Visa	100.162.789	92.012.386
Comissões Acquiring MasterCard	83.469.472	64.645.969
Conservação e reparação	42.510.296	41.958.645
Comunicações	40.895.243	37.320.412
Avenças	19.193.838	18.516.580
Comissões Vinti4	12.237.616	-
Electricidade	7.919.361	8.007.891
Deslocações e estadias	4.356.952	4.710.765
Rendas e alugueres	4.173.852	3.810.528
Honorários	1.428.656	1.321.740
Vigiância e segurança	1.216.940	1.355.179
Combustíveis	1.196.500	1.697.787
Seguros	1.183.052	1.198.857
Consumíveis	1.113.485	1.442.557
Outros fornecimentos e serviços externos	5.090.168	3.667.926
	<u>326.148.220</u>	<u>281.667.222</u>

16. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remunerações		
Órgãos sociais	3.245.132	3.058.622
Pessoal	58.670.489	55.036.848
Encargos sociais	8.721.617	7.848.707
Formação	8.615.591	3.689.164
Prémio de desempenho	1.833.902	1.653.028
Seguros	1.020.018	887.520
Outros gastos com o pessoal	687.970	952.705
	<u>82.794.719</u>	<u>73.126.594</u>

17. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS E OUTROS GASTOS E PERDAS

Nos exercícios de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Outros rendimentos e ganhos		
Outros	<u>868.807</u>	<u>1.547.273</u>
Outros gastos e perdas		
Impostos		
Imposto de selo	6.954.484	5.529.004
Imposto de capitais (Nota 19)	1.018.397	516.197
Reg. Anual pro-rata definitivo	865.584	333.183
Taxas (Nota 19)	45.000	45.000
Tributação Autónoma	35.174	1.005.983
Imposto sobre Património	-	35.924
Imposto circulação automóvel	1.400	15.800
	<u>8.920.039</u>	<u>7.481.091</u>
Donativos (Nota 8)	-	1.120.040
Insuficiência de Imposto	-	818.019
Quotizações	43.200	43.200
Multas e outras penalizações	10.000	265.599
Outros gastos e perdas	376.048	343
	<u>429.248</u>	<u>2.247.201</u>
	<u>9.349.287</u>	<u>9.728.292</u>

Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” inclui o montante de 842.170 CVE relativo a mais valias decorrentes de alienações de ativos fixos tangíveis.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica “Imposto de capitais” inclui o montante de 1.018.397 CVE e 516.197 CVE relativo à retenção na fonte da taxa liberatória dos juros de depósitos a prazo vencidos durante o exercício de 2017 e 2016, respectivamente.

18. JUROS E GANHOS OBTIDOS E JUROS E PERDAS SUPORTADOS

Nos exercícios de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Juros e ganhos obtidos		
Rendimentos de participação de capital - Visa Inc.	871.192	786.724
Juros obtidos em aplicações de curto prazo	3.556.760	3.640.473
Outros ganhos em financiamentos	61.246	10.109
	<u>4.489.198</u>	<u>4.437.306</u>
Juros e perdas suportados		
Juros suportados	(7.106.849)	(7.238.151)
Outras perdas em financiamentos	(1.490.631)	(1.347.415)
	<u>(8.597.480)</u>	<u>(8.585.566)</u>
	<u>(4.108.282)</u>	<u>(4.148.260)</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica “Juros suportados” corresponde às comissões de garantias bancárias prestadas à Visa e MasterCard.

19. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2013 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Sociedade está sujeita ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Imposto corrente do exercício	68.199.378	53.848.924
Imposto diferido do exercício	-	-
	<u>68.199.378</u>	<u>53.848.924</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificado nos exercícios de 2017 e 2016 pode ser demonstrada como se segue:

	2017		2016	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		267.510.297		215.674.866
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,50%	68.215.126	25,50%	54.997.096
Provisão /Reversões para Impostos	-0,27%	(723.036)	-1,06%	(2.286.579)
Perdas por imparidades para além dos limites	0,16%	425.409	0,08%	167.776
Insuficiência de Impostos (IUR e IVA)	0,00%	-	0,10%	208.595
Tributação Autónoma	0,00%	8.969	0,12%	256.526
Retenção na fonte Taxa Liberatória Dep Prazo	-0,10%	(259.691)	-0,15%	(330.533)
Depreciações fora do limite legal - Viaturas	0,22%	575.821	0,21%	444.335
30% com Gastos com viaturas ligeiras	0,15%	404.848	0,21%	460.327
50% das Despesas de Representação	0,02%	44.846	0,01%	30.088
Depreciações com viaturas ligeiras não aceites no período anterior	-0,20%	(548.275)	-0,08%	(166.520)
Outros custos	0,021%	55.362	0,03%	67.813
	<u>25,49%</u>	<u>68.199.378</u>	<u>24,97%</u>	<u>53.848.924</u>

20. ENTIDADES RELACIONADAS

a) Identificação das entidades relacionadas

De acordo com a NRF 4, são consideradas entidades relacionadas aquelas em que a SISP exerce, direta ou indiretamente, influência significativa sobre a sua gestão e política financeira e operacional e as entidades que exercem influência significativa sob a gestão da Sociedade. Neste âmbito, as entidades consideradas para efeitos destas divulgações são os acionistas da SISP, que correspondem às seguintes entidades:

- Banco de Cabo Verde
- Banco Comercial do Atlântico
- Caixa Económica de Cabo Verde
- Banco Caboverdeano de Negócios
- Banco Interatlântico
- Cabo Verde Telecom
- Estado de Cabo Verde - Tesouro

b) Detalhe das transações com entidades relacionadas

	31/12/2017				
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 15)	Juros e perdas similares suportados (Nota 18)	Outros gastos e perdas (Nota 17)	Juros e ganhos similares obtidos (Nota 18)	Vendas e serviços prestados (Nota 14)
Banco de Cabo Verde	(3.104)	-	-	-	1.561.872
Banco Comercial do Atlântico	(13.193.036)	(5.370.418)	(56.641)	35.556	80.784.611
Caixa Económica de Cabo Verde	(6.489.275)	-	(275.086)	1.156.888	87.245.671
Banco Caboverdeano de Negócios	(1.080.334)	-	(589.187)	1.517.799	16.530.438
Banco Interatlântico	(4.532.243)	(1.625.339)	(229.805)	672.295	28.285.057
Estado - Tesouro	-	-	-	-	15.765.642
Cabo Verde Telecom	(1.297.383)	-	-	-	3.552.714
	<u>(26.595.375)</u>	<u>(6.995.757)</u>	<u>(1.150.719)</u>	<u>3.382.537</u>	<u>233.726.006</u>

	31/12/2016				
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 15)	Juros e perdas similares suportados (Nota 18)	Outros gastos e perdas (Nota 17)	Juros e ganhos similares obtidos (Nota 18)	Vendas e serviços prestados (Nota 14)
Banco de Cabo Verde	(4.734)	-	-	-	1.694.136
Banco Comercial do Atlântico	(3.863.215)	(5.493.144)	(87.884)	-	88.289.146
Caixa Económica de Cabo Verde	(2.039.214)	-	(297.982)	1.567.650	88.083.029
Banco Caboverdeano de Negócios	(4.071.158)	-	-	1.109.689	15.142.639
Banco Interatlântico	(4.959.275)	(1.611.303)	(228.850)	1.064.171	28.888.166
Estado - Tesouro	-	-	-	-	14.097.134
Cabo Verde Telecom	(1.616.797)	-	-	-	3.549.578
	<u>(16.549.660)</u>	<u>(7.104.447)</u>	<u>(614.716)</u>	<u>3.741.510</u>	<u>239.743.828</u>

As transações com partes relacionadas são realizadas, por regra, em condições normais de mercado.

c) Detalhe dos saldos com entidades relacionadas

	31/12/2017				
	Depósitos bancários	Cientes	Outras contas a receber	Fornecedores	Compensação VISA/Mastercard
	(Nota 4)	(Nota 11)	(Nota 11)	(Nota 11)	(Nota 12)
Banco de Cabo Verde	8.213.350	383.638	268.000	-	(404.568.638)
Banco Comercial do Atlântico	25.014.106	16.889.881	-	-	-
Caixa Económica de Cabo Verde	39.787.034	9.769.598	1.170.329	-	-
Banco Caboverdeano de Negócios	67.104.594	1.870.436	-	-	-
Banco Interatlântico	16.435.896	3.036.814	-	-	-
Cabo Verde Telecom	-	372.691	-	(111.014)	-
	<u>156.554.980</u>	<u>32.323.058</u>	<u>1.438.329</u>	<u>(111.014)</u>	<u>(404.568.638)</u>

	31/12/2016				
	Depósitos bancários	Cientes	Outras contas a receber	Fornecedores	Compensação VISA/Mastercard
	(Nota 4)	(Nota 11)	(Nota 11)	(Nota 11)	(Nota 12)
Banco de Cabo Verde	55.891.021	723.688	-	-	(341.873.111)
Banco Comercial do Atlântico	24.226.747	10.153.607	140.718	-	-
Caixa Económica de Cabo Verde	50.057.644	9.734.855	484.961	-	-
Banco Caboverdeano de Negócios	39.830.919	1.684.795	125.000	-	-
Banco Interatlântico	50.858.113	3.224.709	-	-	-
Cabo Verde Telecom	-	383.751	-	(131.752)	-
	<u>220.864.444</u>	<u>25.905.405</u>	<u>750.679</u>	<u>(131.752)</u>	<u>(341.873.111)</u>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

SISP

Ana Lina Gomes Teixeira

PARECER CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ex. mos Senhores Membros da Assembleia-Geral,

No cumprimento do mandato que V.Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, nos termos do artigo 22º dos Estatutos da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SA, adiante designada por SISP, o Conselho Fiscal vem submeter à vossa apreciação o Relatório da sua atividade e o seu Parecer sobre o Relatório e as Demonstrações Financeiras elaborados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

RELATÓRIO

1. Em 2017, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SA, examinou regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatou a observância da lei e dos estatutos.
2. No desenvolvimento dos seus trabalhos, o Conselho contou sempre, em termos que apraz registar, com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços da instituição na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções.
3. Os subscritores declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação financeira analisada foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial e financeira dos resultados do banco e que, no Relatório de Gestão, se expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho de posição da sociedade, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta. Relativamente ao Relatório e Contas, o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo às Demonstrações Financeiras, lidos em conjunto com o Parecer da Deloitte & Associados, SROC, S.A. o Conselho Fiscal entende que:
 - a) O Balanço, a Demonstração de Resultados, as variações do Capital Próprio e os correspondentes anexos permitem uma adequada compreensão da situação da SISP e dos seus resultados;
 - b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
 - c) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade, evidenciando os aspetos mais significativos;
 - d) A proposta de Aplicação de Resultados se encontra devidamente fundamentada; e
 - e) Os documentos produzidos foram apresentados sem reservas nem ênfase pela Auditoria Externa e a cujo teor o Conselho Fiscal dá a sua total concordância.
4. O Conselho considera de maior importância o relato sobre o governo institucional, constante do Relatório e Contas de 2017.
5. O Conselho Fiscal acompanha o Conselho de Administração no reconhecimento manifestado no seu Relatório às diversas Entidades enunciadas, aos membros dos restantes Órgãos Sociais e a todos os Colaboradores da Instituição.



PARECER

Em face do exposto, e tendo em consideração as informações recebidas da equipa técnica de contas e do Conselho de Administração, bem como as conclusões constantes do Relatório de Auditoria Externa, o Conselho Fiscal dá o seu parecer favorável a que a Assembleia-Geral aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as contas da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017;
- b) A proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração, no montante de 199.310.919\$00.

Finalmente, o Conselho Fiscal expressa os seus agradecimentos ao Conselho de Administração e ao Diretor-Geral da SISP pela colaboração dispensada no exercício das suas funções.

Praia, 02 de abril de 2018.

O CONSELHO FISCAL



Filinto Elísio Alves dos Santos, em representação da Caixa Económica de Cabo Verde - Presidente



Mónica Barreto, em representação do Banco Interatlântico



Ana Carvalho Vicente, em representação do Banco Caboverdiano de Negócios, SA

PARECER AUDITOR EXTERNO

**SISP– Sociedade Interbancária e
Sistema de Pagamentos, S.A.**

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2017
acompanhadas do Relatório de
Auditoria**

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(montantes expressos em Escudos de Cabo Verde – CVE)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 1.453.217.953 CVE e um total de capital próprio de 771.848.085 CVE, incluindo um resultado líquido de 199.310.919 CVE), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” deste relatório. Somos independentes da Sociedade de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

“Deloitte” refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matricula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, n.º7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2018. Para informações contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.



IS 668746

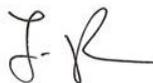
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Lisboa, 29 de março de 2018

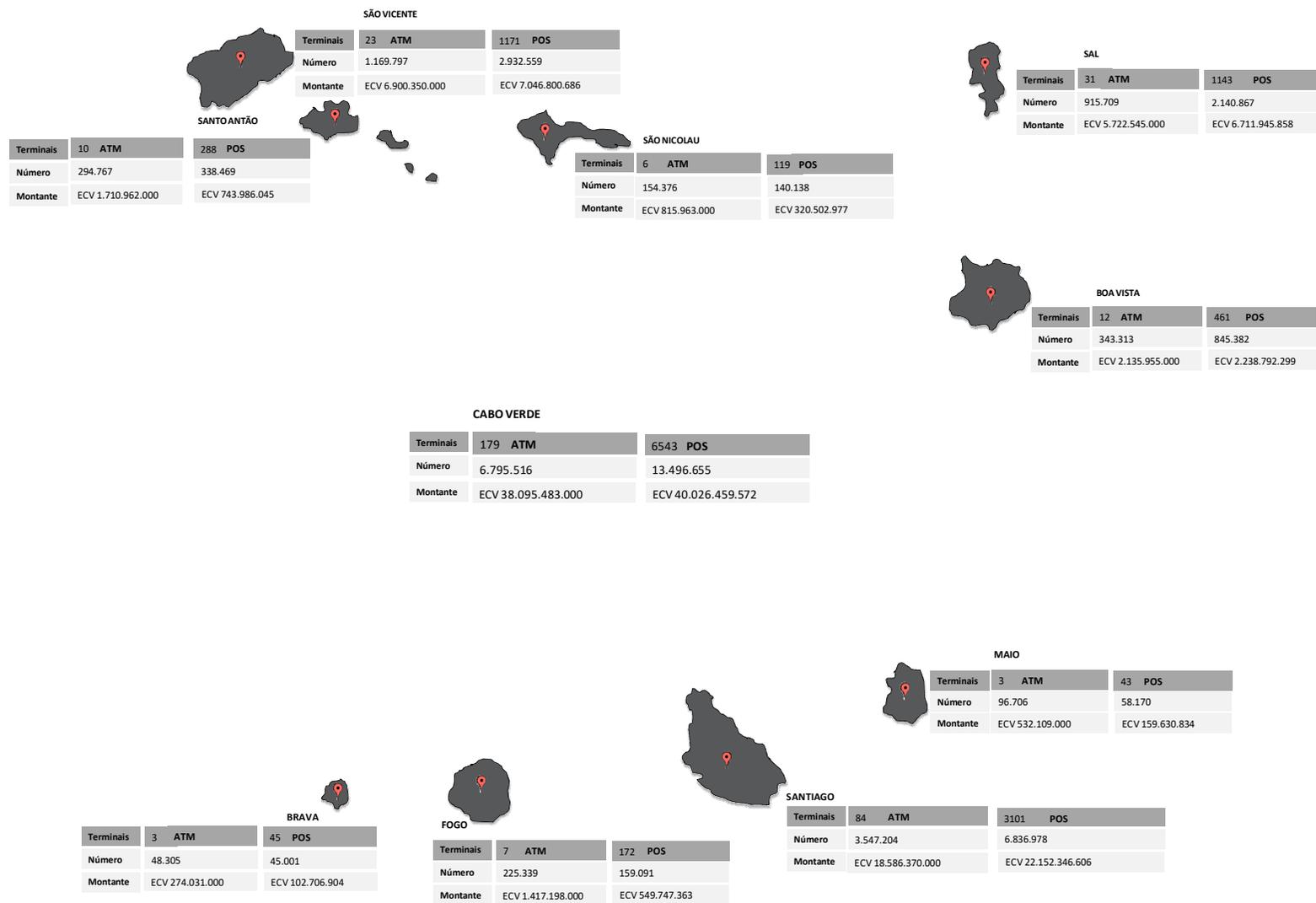


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

ANEXO ESTADÍSTICO

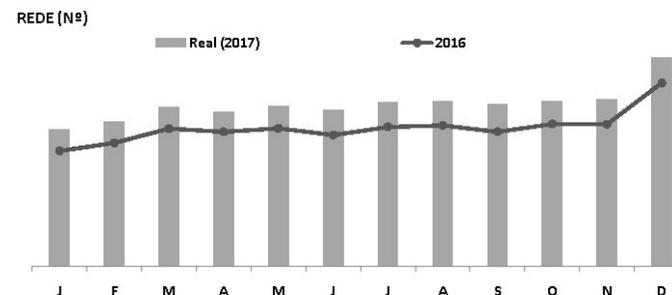
Anexo Estatístico

Distribuição dos Terminais e Transações (Compras e Levantamentos) por Ilhas

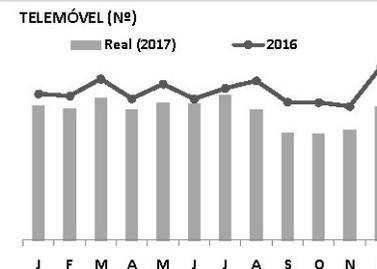
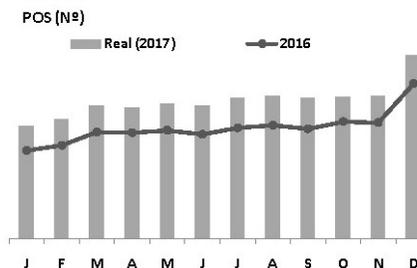
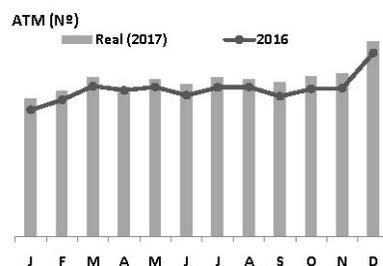


Rede Vinti4
Transações Efectuadas na Rede

Indicador	2017	2016	Variação %
Nº de Transações efectuadas na Rede	27.323.812	23.613.003 ↑	15,7%
Total Valores transaccionado na Rede	82.412.222.786	72.282.508.663 ↑	14,0%
Nº de transações em ATMs	12.066.472	11.300.342 ↑	6,8%
Total Valores transaccionado nos ATM	41.119.504.743	37.673.311.524 ↑	9,1%
Nº de Transações nos POS	14.789.515	11.857.189 ↑	24,7%
Total Valores transaccionado nos POS	40.432.065.574	33.684.660.636 ↑	20,0%
Nº de Transações nos telemóveis	172.305	198.367 ↓	-13,1%
Total Valores transaccionado nos telemóveis	81.370.157	91.899.950 ↓	-11,5%
Nº de Transações PC	36.316	53.429 ↓	-32,0%
Total Valores transaccionado PC	399.512.096	591.053.859 ↓	-32,4%



GRÁFICOS



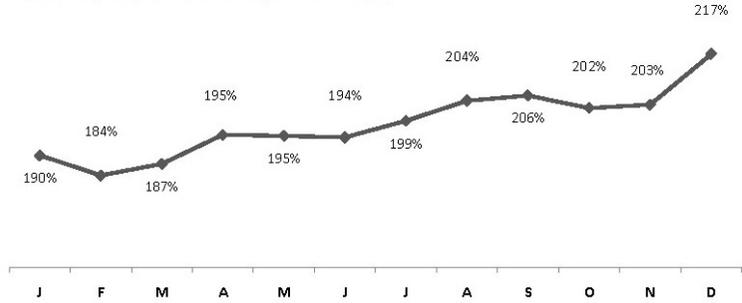
Operações Contempladas

- Act. Apres. Elect. Facturas
- Alteração de PIN
- Alteração PIN Televinti4
- Associação Televinti4
- Carregamento Telemovel
- Consulta de NIB
- Consulta de Saldo
- Consulta Movimento
- Desassociação Televinti4
- Emissão Segunda Via
- Imp. de Factura a Pagamento
- Impressão de Factura Paga
- Levantamento
- Pagamento de Factura
- Pagamento de Serviço
- Pedido Livro cheque
- Transferência
- Compras
- Pagamento WEB
- Cash Advance

Rede Vinti4
Principais Operações Efectuadas na Rede

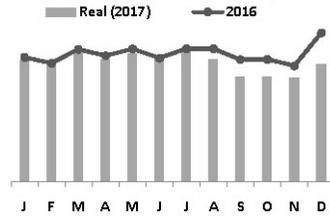
Indicador	2017	2016	Variação %
Nº de Transacção de Levantamento	6.795.516	6.308.495	↑ 7,7%
Valor Total de Levantamentos	38.160.483.000	35.234.661.000	↑ 8,3%
Nº Total de Compras	13.496.655	10.780.923	↑ 25,2%
Valor Total de Compras	40.026.459.572	33.463.091.886	↑ 19,6%
Nº Total de pagamento de serviços	337.280	268.775	↑ 25,5%
Valor Total de pagamento de serviços	2.103.778.050	1.629.267.060	↑ 29,1%
Nº Total de Carregamento de Telemóvel	631.447	675.425	↓ -6,5%
Valor Total de Carregamento de Telemóvel	278.076.543	259.410.470	↑ 7,2%
Nº Total de TRANSFERÊNCIAS	56.030	44.931	↑ 24,7%
Valor Total de TRANSFERÊNCIAS	1.616.178.010	1.327.877.364	↑ 21,7%

Rácio Compras / Levantamentos (Nº de Transacção)

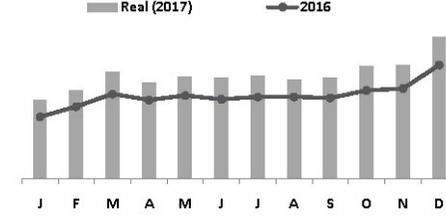


GRÁFICOS

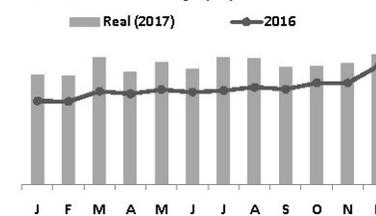
CARREGAMENTO DE TELEMÓVEL (Nº)



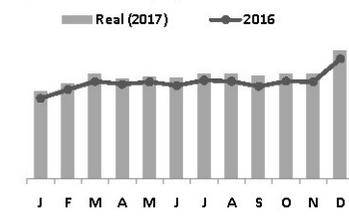
TRANSFERÊNCIA (Nº)



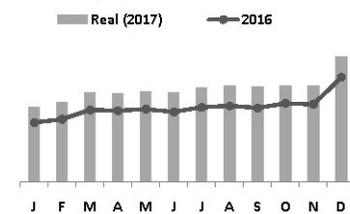
PAGAMENTO DE SERVIÇO (Nº)



LEVANTAMENTO (Nº)



COMPRAS (Nº)



Indicador	2017	2016	Variação %
Valor Médio Levantamento	5.616	5.585	↑ 0,5%
Valor Médio Compra	2.966	3.104	↓ -4,5%
Valor Médio Pag. Serviço	6.237	6.062	↑ 2,9%
Valor Médio Carreg. Telemóvel	440	384	↑ 14,7%
Valor Médio Transferências	28.845	29.554	↓ -2,4%
Nº Médio de Operações ATM/Cartão	56,32	56,74	↓ -0,7%
Nº Médio de Operações POS/Cartão	59,10	47,93	↑ 23,3%

Rede Vinti4
Acquiring Internacional

Indicador

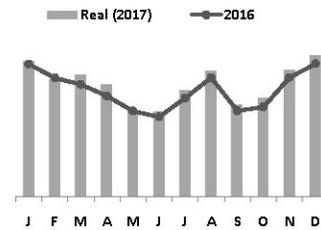
	2017	2016		Variação %
Nº Total Levantamentos VISA	242.409	229.050	↑	5,8%
Valor de Levantamento VISA	2.914.797.000	2.663.163.000	↑	9,4%
Nº Total Levantamentos MASTERCARD	162.330	128.564	↑	26,3%
Valor de Levantamento MASTERCARD	2.045.467.000	1.597.364.000	↑	28,1%
Nº Total de Compras VISA	215.524	160.735	↑	34,1%
Valor Total de Compras VISA	2.399.534.613	1.932.366.930	↑	24,2%
Nº Total de Compras MASTERCARD	147.765	102.136	↑	44,7%
Valor Total de Compras MASTERCARD	1.686.573.425	1.188.718.164	↑	41,9%
Nº Total de Pagamento WEB VISA	3.789	40.320	↓	-90,6%
Valor Total de Pagamento WEB VISA	56.103.746	337.395.442	↓	-83,4%

Acquiring Internacional vs Restante Rede Vinti4 (Nº)

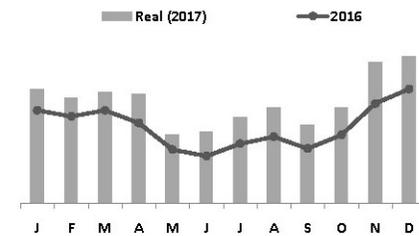


GRÁFICOS

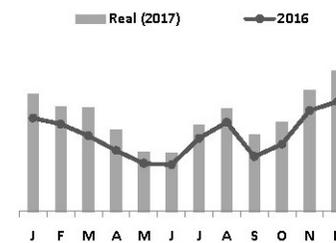
LEVANTAMENTOS VISA (Nº)



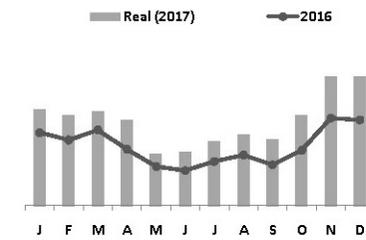
COMPRAS VISA (Nº)



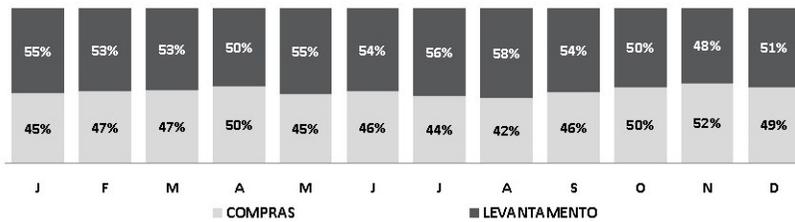
LEVANTAMENTOS MASTERCARD (Nº)



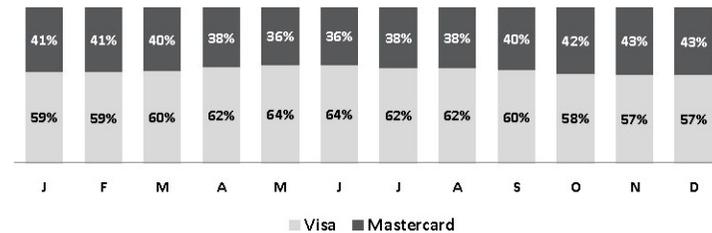
COMPRAS MASTERCARD (Nº)



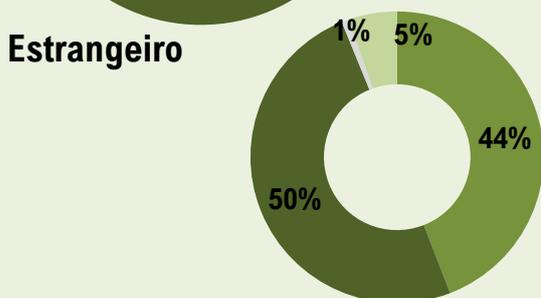
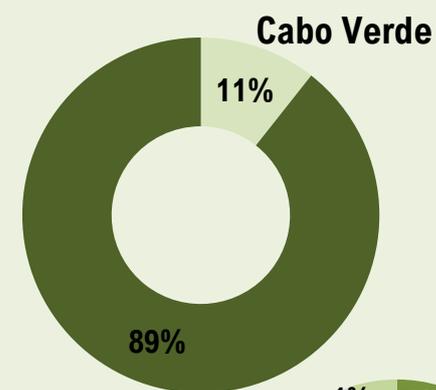
COMPRAS VS LEVANTAMENTOS (Nº)



Transações Visa VS Mastercard (Nº)



Fluxo Visa 2017



■ Compras ■ Levantamento
■ Pagamento WEB ■ Consulta de Saldo

7,0% - América do Norte

0,8% - América do Sul

79,2% - Europa

0,3% - Ásia

12,6% - África

0,1% - Oceania

Países Emissores

Reino Unido


 # Transacções: 109.869 (22,6%)
 Compras: 65,62%
 Levantamentos: 31,76%
 Pagamento WEB: 0,15%
 Consulta de Saldo: 2,47%

França


 # Transacções: 82.115 (16,9%)
 Compras: 39,56%
 Levantamentos: 60,15%
 Pagamento WEB: 0,26%
 Consulta de Saldo: 0,04%

Portugal


 # Transacções: 55.820 (11,5%)
 Compras: 39,56%
 Levantamentos: 60,15%
 Pagamento WEB: 0,73%
 Consulta de Saldo: 0,04%

Principais Destinos (Ilhas)

1º 
 # Transacções: 205.792 (42,6%)
 Valores: 2.235.635.850(42,1%)
 Compras: 64,0%
 Levantamentos: 33,5%
 Consulta de Saldo: 2,5%

2º 
 # Transacções: 116.057 (24,0%)
 Valores: 1.306.915.478(24,6%)
 Compras: 18,0%
 Levantamentos: 71,3%
 Consulta de Saldo: 10,7%

3º 
 # Transacções: 72.515 (15,0%)
 Valores: 695.598.087 (13,1%)
 Compras: 65,7%
 Levantamentos: 31,6%
 Consulta de Saldo: 2,7%

Compras POS por Ramos de Actividade

1º - Hotéis


 # Transacções: 71.295(33,2%)
 Valores: 1.138.153.104(47,6%)

2º - Comércio


 # Transacções: 40.633 (18,9%)
 Valores: 224.743.691(9,4%)

3º - Restaurantes


 # Transacções: 29.260 (13,6%)
 Valores: 133.071.897 (5,6%)

4º - Duty Free


 # Transacções: 28.948 (13,5%)
 Valores: 141.347.326 (5,6%)

5º - Agências de Viagem


 # Transacções: 22.497 (10,5%)
 Valores: 439.735.351 (18,4%)

6º - Outros

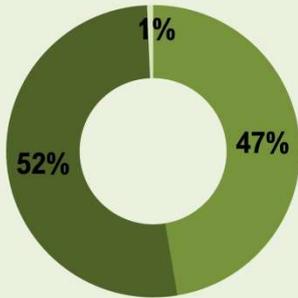
Transacções: 22.115 (10,3%)
 Valores: 312.327.602(13,1%)



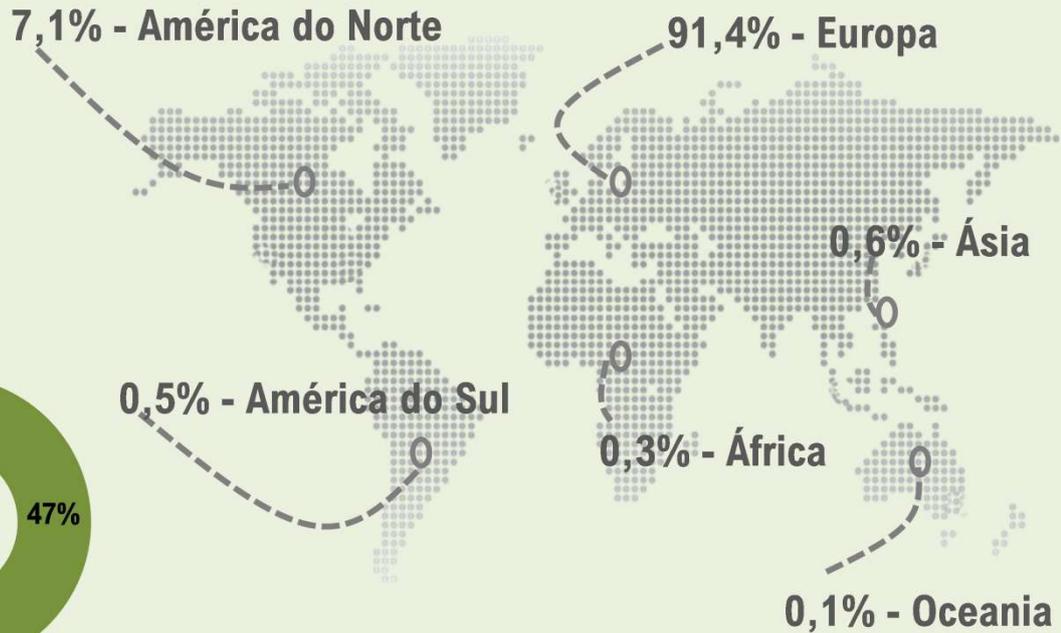
Fluxo Mastercard 2017



Estrangeiro



■ Compras ■ Levantamento ■ Consulta de Saldo



Países Emissores

Holanda

Transacções: 90.864 (29,1%)
Compras: 38,9%
Levantamentos: 61,1%
Pagamento WEB: 00%
Consulta de Saldo: 00%

Reino Unido

Transacções: 34.453 (11,0%)
Compras: 81,5%
Levantamentos: 18,5%
Pagamento WEB: 00%
Consulta de Saldo: 00%

França

Transacções: 25.121 (8,0%)
Compras: 44,1%
Levantamentos: 55,9%
Pagamento WEB: 00%
Consulta de Saldo: 00%

Principais Destinos (Ilhas)

1º
Transacções: 167.238 (53,6%)
Valores: 1.925.632.355 (51,6%)
Compras: 60,4%
Levantamentos: 39,4%
Consulta de Saldo: 0,1%

2º
Transacções: 44.759 (14,3%)
Valores: 491.557.054 (13,2%)
Compras: 62,7%
Levantamentos: 37,2%
Consulta de Saldo: 0,1%

3º
Transacções: 40.730 (13%)
Valores: 506.810.232 (13,6%)
Compras: 18,2%
Levantamentos: 81,0%
Consulta de Saldo: 0,8%

Compras POS por Ramos de Actividade

1º - Hotéis



Transacções: 50.888 (34,4%)
Valores: 813.942.302 (48,3%)

2º - Comércio



Transacções: 27.934 (18,9%)
Valores: 152.570.149 (9,0%)

3º - Restaurantes



Transacções: 19.457 (13,2%)
Valores: 88.524.687 (5,2%)

4º - Agências de Viagem



Transacções: 18.315 (12,4%)
Valores: 357.106.382 (21,2%)

5º - Duty Free



Transacções: 16.671 (11,3%)
Valores: 76.949.124 (4,6%)

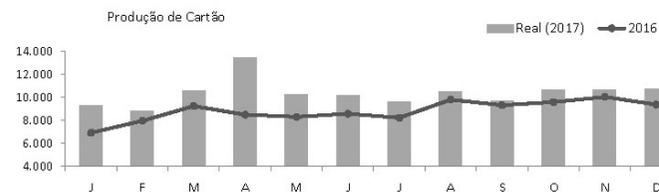
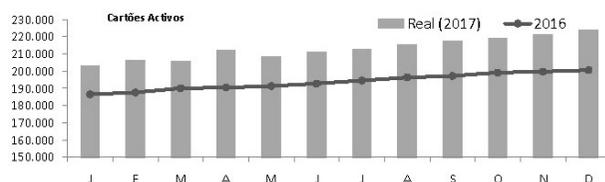
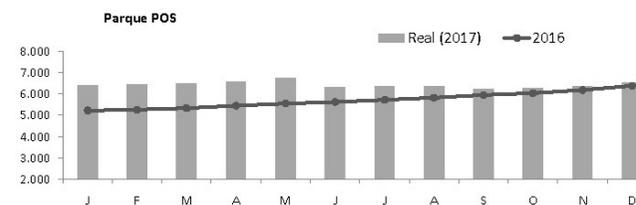
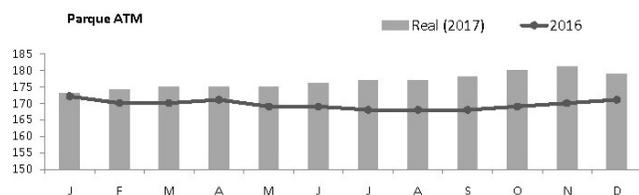
6º - Outros

Transacções: 14.499 (9,8%)
Valores: 197.471.981 (11,7%)

Distribuição do Número de Compras por Ramo de Actividade							
	2017	2016	Variação		2017	2016	Variação
Nº de Transações				Valores			
Serviços	1.024.722	865.259	↑ 18%	Serviços	5.908.125.304	5.206.021.742	↑ 13%
Hoteis	218.360	189.357	↑ 15%	Hoteis	2.271.000.083	1.877.129.799	↑ 21%
Comercio	9.753.318	7.834.577	↑ 24%	Comercio	25.255.906.723	21.067.459.752	↑ 20%
Agencias de Viagem	86.868	62.850	↑ 38%	Agencias de Viagem	1.727.926.363	1.375.978.159	↑ 26%
Transportes	72.251	64.343	↑ 12%	Transportes	799.317.423	736.475.528	↑ 9%
Restaurantes	2.086.971	1.559.545	↑ 34%	Restaurantes	2.223.630.810	1.691.302.742	↑ 31%
Serviços Públicos	191.243	158.269	↑ 21%	Serviços Públicos	1.349.973.333	1.210.831.509	↑ 11%
Rent-a-car	6.275	6.549	↓ -4%	Rent-a-car	111.932.967	99.756.342	↑ 12%
Dutty Free	48.543	39.860	↑ 22%	Dutty Free	228.991.941	194.547.763	↑ 18%
Jogos de Azar	8.104	314	↑ 2481%	Jogos de Azar	149.654.625	3.588.550	↑ 4070%
Total	13.496.655	10.780.923	↑ 25%	Total	40.026.459.572	33.463.091.886	↑ 20%

Distribuição dos Terminais por ilha

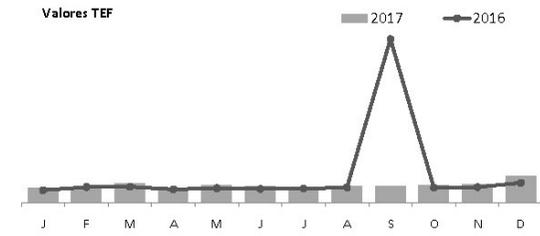
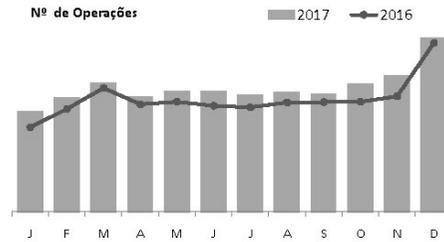
Ilha	2017	ATM				Ilha	2017	POS			
		Peso	2016	Variação (Nº)	Variação (%)			Peso	2016	Variação (Nº)	Variação (%)
Santiago	84	47%	78	↑ 6	-3%	Santiago	3101	47%	3128	↓ 27	-1%
Sal	31	17%	31	→ 0	19%	São Vicente	1171	18%	1119	↑ 52	5%
São Vicente	23	13%	21	↑ 2	-5%	Sal	1143	17%	983	↑ 160	16%
Boa Vista	12	7%	12	→ 0	0%	Boa Vista	461	7%	522	↓ 61	-12%
Santo Antão	10	6%	10	→ 0	0%	Fogo	172	3%	169	↑ 3	2%
Fogo	7	4%	7	→ 0	0%	Santo Antão	288	4%	274	↑ 14	5%
São Nicolau	6	3%	6	→ 0	0%	São Nicolau	119	2%	116	↑ 3	3%
Maio	3	2%	3	→ 0	0%	Maio	43	1%	40	↑ 3	8%
Brava	3	2%	3	→ 0	0%	Brava	45	1%	44	↑ 1	2%
Total	179	100%	171	↑ 8	1%	Total	6.543	100%	6.395	↑ 148	2%



Outros Serviços

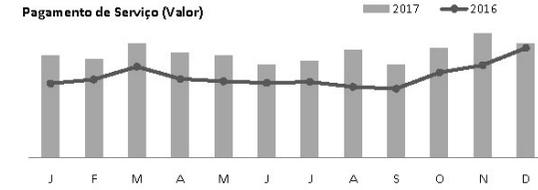
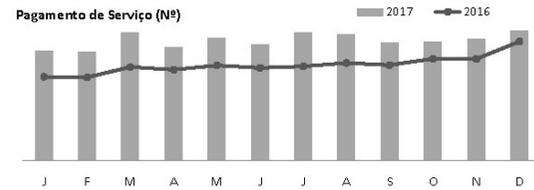
Transferência Electrónica de Fundos (TEF)

	2017	2016	Variação (%)
Nº Transação	598.677	541.544	↑ 11%
Valores Transação	128.319.085.999	204.413.482.368	↓ -37%



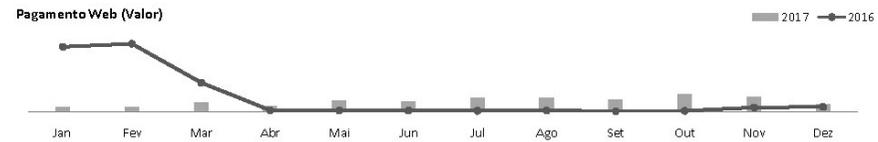
Pagamento de Serviços

	2017	2016	Variação (%)
Nº de Transação	337.280	268.775	↑ 25,5%
Valores Transação	2.103.778.050	1.629.267.060	↑ 29,1%



Pagamento Web (Valor)

	2017	2016	Variação (%)
VISA	56.103.746	297.855.096	↓ -81,2%
vint4	166.718.125	26.458.343	↑ 530,1%
Total Geral	324.313.439	647.923.683	↓ -49,9%



SISP
SOCIEDADE INTERBANCÁRIA E SISTEMAS DE PAGAMENTO

RC2017

